

MONSENHOR NUNES PEREIRA E OS PELOURINHOS DA BEIRA SERRA: ENTRE A CONTEMPLAÇÃO E A AÇÃO

por António Amaro Rosa

Apesar de ordenado em 1929, o sacerdote fajaense Augusto Nunes Pereira foi também um artista multifacetado cujo talento se projetou na xilogravura, pintura, desenho, ferro forjado e vitral, sem esquecer a investigação histórica e etnográfica, a poesia e o jornalismo.

Partindo das grandes linhas históricas em torno dos pelourinhos portugueses, neste estudo é abordada a especial relação do conhecido “padre-artista” com alguns pelourinhos da Beira Serra e, simultaneamente, as vicissitudes em torno da forma como alguns daqueles monumentos locais foram reintegrados.

1. O estado da arte

1.1 No plano nacional

Os pelourinhos portugueses foram desde cedo objeto de atenção por parte de patrimonialistas e de historiadores do século XIX. Porém, foi uma atenção mais direcionada para a necessidade de proteção daquele património, face ao seu crescente vandalismo, do que propriamente uma atenção vocacionada para o seu estudo monográfico.

À medida que se inicia o século XX assiste-se a um aumento do grau de conhecimento sobre estes bens culturais por via da crescente consciencialização do valor “histórico e artístico” dos pelourinhos, com óbvios reflexos no plano quantitativo e qualitativo da produção historiográfica associada ao tema. Desta forma, entre os derradeiros anos da Monarquia Constitucional e as vésperas da institucionalização do Estado Novo surgem pequenos (mas valiosos) contributos por parte de alguns investigadores e assiste-se às

primeiras tentativas de inventariação de um universo patrimonial cuja extensão ainda não era verdadeiramente conhecida.

Durante esta época o verdadeiro progresso sobre esta matéria deve ser repartido entre duas figuras-chave: Sebastião da Silva Leal, que ensaia um inventário de pelourinhos nos periódicos *A Nossa Pátria* e *Ilustração Transmontana*; e Luís Chaves, que publica *Os pelourinhos portugueses* (1930), aquela que se pode considerar como a primeira monografia sobre pelourinhos. O contributo científico de Luís Chaves sobre os pelourinhos foi posteriormente reforçado com a publicação de *Os pelourinhos: Elementos para o seu catálogo geral* (1938) e de *Os Pelourinhos Portugueses. O seu perfil histórico, artístico e etnográfico-folclórico* (1948), sem esquecer o considerável conjunto de textos que aquele profícuo autor dedicou a estes monumentos em geral e a alguns exemplares específicos, textos esses espalhados por diversas publicações periódicas e alguns opúsculos.

Além da contribuição de Luís Chaves no período pós-1933 são ainda de registar os contributos de José Leite de Vasconcelos, de Nuno Catarino Cardoso (1935 e 1936) e de Mário Guedes Real, este último sobretudo no plano da inventariação dos pelourinhos das regiões da Estremadura e das três Beiras.

Entre finais da década de 40 e o início da década de 90 do século XX, a literatura produzida sobre esta matéria não regista grandes avanços no plano científico. Verifica-se uma crescente produção de textos, sobretudo em publicações periódicas de índole generalista, regionalista e cultural, contudo consubstanciam estudos isolados sobre exemplares individuais ou sobre um determinado conjunto de exemplares.

Depois de um razoável período de tempo caracterizado pela ausência de interesse por parte dos investigadores sobre pelourinhos portugueses, a última década do século XX e a primeira década do século XXI assistem a uma atualização dos estudos sobre aqueles bens culturais. Destacam-se dois capítulos inseridos em *Histórias de Arte*: o estudo de Ana Cristina Leite¹ e o trabalho de Carlos Alberto Ferreira de Almeida e de

¹LEITE, Ana Cristina – «Os centros simbólicos», in *História da arte portuguesa*, Vol. 2, Paulo Pereira (dir.), s.l., Círculo de Leitores, 1995, pág. 83.

Mário Jorge Barroca,² que efetivamente apresentam novas leituras sobre esta matéria. Em 1992 Vasco da Costa Salema³ publica um interessante estudo sobre pelourinhos brasileiros, divulgando, assim, um património de origem portuguesa pouco estudado. Por seu turno, em 1997 é publicado *Pelourinhos portugueses: Tentâmen de inventário geral*,⁴ o mais completo inventário de pelourinhos portugueses, contendo referências a 603 exemplares. Posteriormente, Ataíde Malafaia procedeu a uma atualização do inventário por si realizado em 2005,⁵ concluindo que o universo de pelourinhos não seria inferior a 648 exemplares nacionais.

1.2 No plano regional

À semelhança dos seus congéneres nacionais, os pelourinhos da Beira Serra foram merecendo a atenção de patrimonialistas e de investigadores ao longo dos séculos XX e XXI. Por outro lado, alguns autores beira serranos também se dedicaram ao estudo desta espécie monumental.

Em 1935 **Nuno Catarino Cardoso**⁶ inicia uma curiosa coleção de seis opúsculos dedicada aos pelourinhos portugueses com uma tiragem limitada a 350 exemplares cada um, no seguimento de uma série de artigos sobre o tema que publicou no periódico *Renascença*. No ano seguinte publica o opúsculo *Pelourinhos das Beiras*, no qual elenca os pelourinhos existentes nesta região, a par de alguma informação.



²ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, e BARROCA, Mário Jorge – «Casas de câmara, pelourinhos, fontes e outras obras de prestígio municipal», in *História da Arte em Portugal: O gótico*, Lisboa, Presença, 2002, pág. 150.

³SALEMA, Vasco da Costa – *Pelourinhos do Brasil*, s.l., Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1992.

⁴MALAFÁIA, Eurico B. de Ataíde – *Pelourinhos portugueses: Tentâmen de inventário geral*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

⁵MALAFÁIA, Eurico B. de Ataíde – *Pelourinhos portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

⁶Investigador e publicista. (Cabo Verde, 1887 – ?). Frequentou os cursos colonial e de bibliotecário-arquivista. Foi funcionário superior do Ministério da Agricultura. Associado do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, viu ser-lhe atribuído o grau de oficial da Ordem de Santiago da Espada, bem como uma medalha de ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro pelos seus trabalhos literários. Colaborou com diversos jornais, revistas e almanaques, tendo igualmente publicado uma extensa e variada obra escrita.



Mário Guedes Real⁷ foi outro investigador que entre o início dos anos 40 e finais dos anos 70 do século XX inventariou os pelourinhos da província da Beira Alta. Ao longo de 40 anos procedeu à publicação dos seus trabalhos nas páginas da revista *Beira Alta*, editada pela Assembleia Distrital de Viseu (sucedeânea da antiga Junta de Província de Viseu). Apesar de ter intitulado a sua rubrica habitual na *Beira Alta* como “Pelourinhos da Beira Alta”, certo é que o inventário de Mário Guedes Real acabou por ultrapassar em algumas ocasiões os limites daquela província. Assim, no que tange à região da Beira

Serra, em 1954 o autor abordou os pelourinhos de Lourosa e Avô, situados no concelho de Oliveira do Hospital.⁸

O primeiro e até agora único inventário de pelourinhos da Beira Serra coube a **Nuno Mata**.⁹ Publicado no ano 2000 e editado pelo Rancho Infantil e Juvenil de Coja, *Pelourinhos da Beira Serra* reúne informação e desenhos relativos a 17 pelourinhos distribuídos pelos concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua. Uma obra com apresentação simples, mas que reúne dados relevantes e curiosos sobre esta espécie monumental.



⁷Estudioso do património cultural da região da Beira Alta (Beja, 1902 – ?, 1980). Frequentou a Academia Militar, mas prosseguiu uma carreira de correspondente comercial. Dominava as línguas alemã, inglesa, francesa e espanhola, além de ser versado em latim e árabe. Possuía sólidos conhecimentos nas áreas da epigrafia, da heráldica e da esfragística, sendo utente assíduo da Biblioteca Nacional e da Torre do Tombo.

⁸REAL, Mário Guedes – «Pelourinhos da Beira Alta (Lourosa e Avô)», in *Beira Alta – Arquivo Provincial*, Vol. 13, fascículo 1 e 2 (1.º e 2.º trimestres de 1954), Viseu, Junta de Província da Beira Alta, págs. 41-52.

⁹Escritor, investigador e pintor (Sintra, 1970 – ...). Licenciado em Geografia e diplomado em Administração Autárquica. É professor do ensino básico e secundário e membro de várias associações. Autor de várias obras sobre o património histórico e cultural da Beira Serra, a par de diversas colaborações em jornais e em revistas culturais e científicas.

Cinco anos depois o mesmo autor revisita o tema nas páginas da revista *Arganilia* dedicada a Oliveira do Hospital, circunscrevendo-o, porém, aos exemplares existentes naquele concelho.¹⁰ Seguiram-se os pelourinhos tabuenses em 2012, também naquela revista cultural da Beira Serra.¹¹

Entretanto, o ano de 2003 já tinha conhecido um novo inventário regional de pelourinhos. Com efeito, na senda da edição (em nome próprio) dos inventários deste tipo de monumentos locais que iniciou em 1998, **Júlio Rocha e Sousa**¹² publica *Pelourinhos do distrito de Coimbra*. A par do catálogo de Nuno Mata, também Júlio Rocha e Sousa agrega



informação sobre os diversos exemplares existentes e desaparecidos no distrito coimbrão, mas numa obra graficamente mais apelativa e bastante ilustrada com fotografias e desenhos.

Naturalmente que o estudo e divulgação dos pelourinhos da Beira Serra não se esgotou neste tipo de obras de catalogação e de difusão. De facto, raras foram as monografias locais e regionais publicadas ao longo dos séculos XX e XXI que não abordaram aqueles

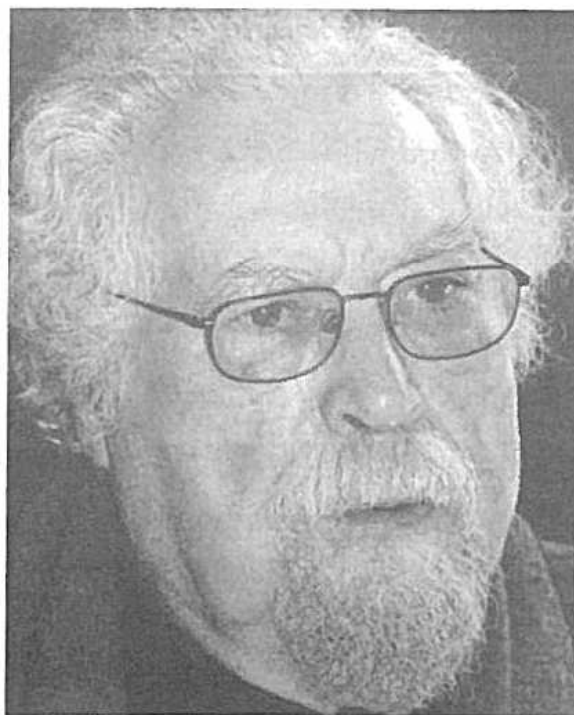
¹⁰MATA, Nuno – «Pelourinhos do concelho de Oliveira do Hospital», in *Arganilia. Revista cultural da Beira-Serra*, 2.ª série, n.º 19, Junho de 2005 (1.º semestre), edição de António Lopes Machado, págs. 8-11.

¹¹MATA, Nuno – «Pelourinhos tabuenses», in *Arganilia. Revista cultural da Beira-Serra*, 3.ª série, n.º 25, (dezembro de 2012), edição de Herdeiros de João Alves das Neves, págs. 212-215.

¹²Publicista e investigador do património cultural da região de Viseu (Vila Nova de Paiva, 1936 - ...). Foi desenhador de construção civil e industrial numa fábrica em Viseu durante uma década. Possui o curso de topógrafo. Autodidata, estreou-se em 1972 com a sua primeira obra *Distrito de Viseu*, dedicada ao património do distrito. É autor de várias dezenas de obras publicadas em edição de autor, designadamente: *Alminhas do concelho de Vila Nova de Paiva* (1996), *Antiga vila de Penedono* (2001), *Antiga vila de Trancoso* (2004), *Antigas vilas do concelho de Sernancelhe* (2001), *Armamar e o rio Douro* (2004), *Castelo de Castelo Rodrigo* (2003), *Castelo de Lamego* (2002), *Castelo de Penedono* (2001), *Castelo de Pinhel* (2002), *Cidade de Viseu* (1997), *Concelho de Vila Nova de Paiva* (1997), *Concelhos ribeirinhos do Alto Douro vinhateiro* (2008), *Descendo o rio Douro de Barca de Alva a Mesão Frio* (2005), *Forais da vila de Sernancelhe* (2003), *Juiz de Barreiras* (2008), *Pelourinhos do concelho da Mêda* (2005), *Pelourinhos do concelho de Sernancelhe* (2002), *Pelourinhos do concelho de Tabuaço* (2006), *Pelourinhos do concelho de Vila Nova de Foz Côa* (2004), *Senhora da Lapa: memorial de recordações* (1999), *Tabuaço e o rio Douro* (2003), *Terras do Côvo e Alto Paiva* (1999), *Torre e ponte da Ucanha* (2002) e *Viseu cidade* (2006). Dentro da sua extensa produção histórica, o autor publicou inventários de pelourinhos referentes a 11 distritos: *Pelourinhos do distrito da Guarda* (1998), *Pelourinhos do distrito de Aveiro* (2000), *Pelourinhos do distrito de Braga* (2000), *Pelourinhos do distrito de Castelo Branco* (2000), *Pelourinhos do distrito de Coimbra* (2003), *Pelourinhos do distrito de Leiria* (2000), *Pelourinhos do distrito de Lisboa* (2005), *Pelourinhos do distrito de Viana do Castelo* (2001), *Pelourinhos do distrito de Vila Real* (2002), *Pelourinhos do distrito de Viseu* (1998) e *Pelourinhos do distrito do Porto* (2000). Agradecemos a Cláudia Ferreira (técnica de turismo da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva) a ajuda na obtenção destes dados biográficos.

símbolos do poder local em algum dos seus capítulos, o que justifica a realização desta brevíssima menção.

Como referido inicialmente, também alguns autores naturais da Beira Serra escolheram os pelourinhos como objeto de estudo. Destacamos apenas dois deles.



Em primeiro lugar, a arganilense **Regina Anacleto**¹³ que no ano de 1981 publica dois estudos: *Para que serviam os pelourinhos*¹⁴ e *O significado político dos pelourinhos*.¹⁵ Constituem duas breves análises sobre as origens e funções daquela espécie monumental, análises essas que, ao contrário de tantas outras, não se limitam a reproduzir as clássicas ideias de autores mais antigos, como Alexandre Herculano, Teófilo Braga e Luís Chaves.

Em segundo lugar, o coentralense **Manuel Louzã Henriques**¹⁶ que, a propósito do exemplar existente na Lousã, também percorreu sobre as origens e o significado dos pelourinhos em dois estudos publicados em 1989¹⁷ e 1990.¹⁸

¹³Investigadora e autora de vários livros e estudos sobretudo no domínio da história da arte (Arganil, 1937 – ...). Licenciada em História e doutorada em Letras, com a especialidade de História da Arte. Foi inicialmente docente do ensino secundário e posteriormente professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na qual se jubilou. É investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Sobre a sua vida e obra pode consultar-se a *Arganilia. Revista cultural da Beira-Serra*, 2.ª série, n.º 23 (Julho de 2005), edição de António Lopes Machado.

¹⁴In *História*, n.º 31 (Maio de 1981), s.n., págs. 54-63.

¹⁵In *Munda. Revista do GAAC – Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, n.º 1, 1981, Coimbra, págs. 19-23.

¹⁶Psiquiatra e etnógrafo (Coentral, 1933 – ...). Licenciado em Medicina pela Universidade de Coimbra, tendo-se especializado em Psiquiatria. Foi membro do Partido Comunista Português e participou ativamente nas candidaturas de

2. Origem e caracterização do pelourinho português

2.1 Origem¹⁹

A origem dos pelourinhos constitui uma questão para a qual não existe uma resposta unívoca e segura.

Para o Visconde de Juromenha o pelourinho constitui uma imitação francesa que os portugueses introduziram no início da sua monarquia. Por seu turno, o pelourinho francês mais não era do que o sucessor da antiga coluna Moénia introduzida em terras gaulesas aquando da sua conquista.

Alexandre Herculano também os filia em tradição proveniente de Roma, embora inspirados noutra tipo de estatuária: «*Havia cidades ás quaes especialmente se concedêra o 'direito italico' ('jus italicum'). (...) Além de certos direitos civis attribuidos a taes cidades, como individuos Moraes, e de ficarem exemptos dos impostos directos ('capitatio') os seus habitantes, ellas obtinham pelo 'jus italicum' a completa organização municipal, com duumviros, quinquennas, edís, questores, revestidos da mesma jurisdicção, e podendo por isso levantar no foro ou praça a estatua de Marsyas ou Sileno com a mãe erguida, symbolo da liberdade burguesa. (...) Esta é quanto a nós a origem dos pelourinhos. Abolido o polytheismo, nada mais natural do que substituir-se aquelle symbolo por uma pilastra ou columna, a qual com o decurso do tempo foi tomando diversas fórmias caprichosas.*»²⁰

Arlindo Vicente e de Humberto Delgado. Preso pela PIDE em 1962, foi libertado em 1965. Ao longo da sua vida reuniu um importante espólio etnográfico. Parte desse espólio veio a constituir o Museu Etnográfico Dr. Louzã Henriques, na Lousã, enquanto a parte referente aos instrumentos populares musicais deu origem a um núcleo museológico em Coimbra. Recebeu em 2009 a medalha de mérito da Ordem dos Médicos em reconhecimento do exercício da sua profissão, da sua atividade política e pelo seu trabalho cultural nos campos da etnografia e antropologia. Cfr. LEMOS, Mário Matos e – *Candidatos da oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um dicionário*, Luís Reis Torgal (coord.), Lisboa, Assembleia da República/Texto Editores, 2009, págs. 182-183.

¹⁷ LEMOS, Álvaro Viana de, e HENRIQUES, Louzã – *O Pelourinho da Lousã. Achegas sobre o Pelourinho da Lousã*, Lousã, Câmara Municipal da Lousã, 1989.

¹⁸ «Pelourinhos portugueses. O pelourinho da Lousã», in *Arunce. Revista de divulgação cultural*, n.º 3/4 (Janeiro/Dezembro de 1990), Câmara Municipal da Lousã, págs. 37-49.

¹⁹ Os pontos 2 e 3 deste trabalho seguem de muito perto parte do nosso trabalho publicado sob o título «Os pelourinhos da comarca da Sertã», in *Açafa Online*, n.º 10 (2015), Associação de Estudos do Alto Tejo, Vila Velha de Ródão. Acessível em <URL: http://www.altotejo.org/acafa/acafa_n10.html>.

²⁰ HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal*, Tomo 4, Lisboa, Casa da Viuva Bertrand e Filhos, 1853, pág. 11.

Vilhena Barbosa é outro investigador que atribui aos romanos um papel difusor do pelourinho, à semelhança do que sucedeu com as suas demais instituições, usos e costumes por todos os países dominados.²¹

Contudo, Teófilo Braga faz recuar o surgimento deste monumento em época anterior à civilização romana: «À medida que as famílias se associam sobre o mesmo território, organiza-se um culto público dos antepassados que serviram a comunidade, e esses são os heróis, o ‘genius loci’, centro de convergência das instituições municipais; o ‘Picus’, ou ‘Pilus’, dos povos itálicos conservou-se longos séculos nos Municípios portugueses na coluna chamada ‘Picota’ ou ‘Pelourinho’.»²²

Luís Chaves, o principal investigador sobre pelourinhos portugueses, opta por uma explicação intermédia. Se, por um lado, também os considera a representação de um costume mais antigo do que a coluna de Moénia (instrumento de execução de penas) ou as estátuas de Marsyas e Sileno (símbolos de autonomia municipal) não pode olvidar, por outro, o papel inspirador e difusor que representaram estes monumentos romanos.²³

É de admitir que a origem do pelourinho remonte a época anterior à da civilização romana. Desde logo porque semelhantes estruturas com a mesma função se encontram em locais onde a presença de Roma não se fez sentir, como o Médio Oriente e a Ásia. De facto, os homens são iguais por todo o mundo e perante uma necessidade idêntica, sentida em todos os tempos e em determinadas condições de vida, aqueles são capazes de criar o mesmo tipo de soluções ainda que com ligeiras diferenças entre si. Por outras palavras, o mesmo tipo de necessidades produz normalmente o mesmo tipo de soluções. Portanto, não se deverá a Roma a invenção do pelourinho, embora as citadas estruturas e a civilização romanas possam, de facto, ter tido um papel inspirador e difusor respetivamente, sobretudo no espaço europeu.

Em Portugal, a existência dos pelourinhos recua até à Idade Média, embora sejam poucos os exemplares daquela época que tenham sobrevivido até aos dias de hoje. No

²¹BARBOSA, Inácio de Vilhena – *Estudos históricos e archeologicos*, Tomo I, Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1874, pág. 257.

²²BRAGA, Teófilo – *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, 1.ª edição, Coleção Portugal de Perto: Biblioteca de Etnografia e Antropologia, Vol. 1, Lisboa, D. Quixote, 1985, pág. 150.

²³CHAVES, Luís – «Os Pelourinhos Portugueses. O seu perfil histórico, artístico e etnográfico-folclórico», in *Revista Guimarães*, Vol. 58, fascículos 3-4 (Julho-Dezembro de 1948), Sociedade Martins Sarmento, 1948, pág. 209.

entanto, para Carlos de Almeida e Mário Barroca, o seu aparecimento é um acontecimento tardio, dos séculos XIV e XV. Até aí, a exposição dos criminosos e a aplicação dos castigos fazia-se em estruturas mais simples e modestas, como o tronco.²⁴ O surgimento dos pelourinhos está intimamente associado à fundação dos concelhos. À outorga de um foral a uma comunidade local pelo monarca português seguia-se habitualmente o levantamento de um pelourinho, símbolo da sua personalidade jurídica (cidade ou vila dotada de um conselho ou senado próprios) e da sua independência face a outro povoado ao qual se encontrava até então subordinada e sinal distintivo relativamente a outras classes inferiores de povoação (julgado, aldeia ou casal). Invariavelmente é implantado numa praça ou num largo central da povoação e em frente ao edifício dos paços do concelho.

Mas o pelourinho não é apenas um símbolo da jurisdição municipal ou da “liberdade municipal”, no dizer de Alexandre Herculano. É, em alguns casos, um sinal de jurisdição senhorial, embora aqui intimamente relacionada com o exercício do poder judicial. Registam-se casos em que os bispos, os cabidos, os mosteiros e os senhores podiam erguer pelourinhos. Seja como for, uma conclusão é certa: apenas os concelhos podiam erguer o seu pelourinho, embora nem todos os concelhos o tenham feito.

Ana Leite divide a edificação destes monumentos em dois grandes períodos: «*um primeiro, do século XII aos séculos XIV-XV, e um segundo circunscrito à primeira metade do século XVI, datando dessa época a maioria dos monumentos que chegaram até nós*». O primeiro corresponde a uma fase em que a estrutura está essencialmente associada à execução de funções judiciais, ao passo que a partir de Quinhentos ela assume uma natureza essencialmente simbólica e artística e desempenha uma função publicitária, dado ser o local onde são afixados éditos e alvarás, entre outros documentos.²⁵

Não obstante a divisão temporal sugerida por Ana Leite, certo é que a construção de pelourinhos se deu até ao final do Antigo Regime, ora justificada pela criação de novos concelhos (v.g., Quintela, 1740; Oeiras, 1759; Vila Real de Santo António, 1774; Manique do Intendente, 1791), ora pela necessidade de erguer um novo pelourinho (v.g., Cartaxo,

²⁴ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, e BARROCA, Mário Jorge – «Casas de câmara, pelourinhos, fontes e outras obras de prestígio municipal», in *História da Arte em Portugal: O gótico*, Lisboa, Presença, 2002, pág. 150.

²⁵LEITE, Ana Cristina – «Os centros simbólicos», in *História da arte portuguesa*, Vol. 2, Paulo Pereira (dir.), s.l., Círculo de Leitores, 1995, pág. 83.

1816), ora ainda pela necessidade de substituir um pelourinho entretanto desaparecido (v.g., Punhete/Constância, 1820), o que permite neles encontrar todos os estilos artísticos (gótico, manuelino, neoclássico e barroco).

2.2 Caracterização

Símbolo concelhio e instrumento penal que progressivamente foi acumulando outras funções, a sua construção dependia no essencial dos meios financeiros da câmara, dos recursos naturais locais e, naturalmente, da habilidade do pedreiro contratado. Assim, podem ser encontrados exemplares construídos em calcário, granito, xisto, pedra de Ançã e mármore. Há inclusivamente casos em que os concelhos se limitaram a aproveitar as ofertas da natureza em detrimento da construção de uma estrutura artificial: em Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Coa) o pelourinho original seria um freixo; em Pedraído (concelho de Fafe) seria um carvalho; nas vilas de Sorães (concelho de Vagos) e de Carvoeiro (Mação) seria um sobreiro; nas vilas de Urmar e de Pombalinho (concelho de Soure) seria uma figueira.

A estrutura do monumento é bastante simples. De uma forma geral, o monumento assenta essencialmente numa coluna de pedra à qual são adicionados diversos elementos estruturais e decorativos. A meio da coluna é fixada uma cinta de ferro ou uma argola às quais eram amarrados os ferros dos criminosos. A parte superior do pelourinho contém geralmente uma cruzeta em metal de onde pendem argolas, uma e outras destinadas a manietar o criminoso, mas também a permitir a afixação de documentos e objetos.

Usualmente a coluna assenta num pedestal composto por vários degraus, para permitir um maior destaque estético à estrutura e uma maior eficácia no cumprimento das funções que lhe estão associadas.

3. Origem e caracterização do pelourinho português

3.1 Monarquia Constitucional

A partir da instauração do regime liberal em Portugal assistiu-se, sobretudo durante o século XIX, a um fenómeno de destruição dos pelourinhos portugueses, o qual se prolongou pela primeira década do século XX, embora em menor grau.

A justificação para este fenómeno foi desde cedo atribuída a um vandalismo político, já que à luz do novo regime os pelourinhos passaram a ser encarados como um símbolo de opressão e tirania associado ao Antigo Regime e, portanto, incompatível com a nova sociedade que se pretendia erguer em Portugal. No entanto, trata-se de uma explicação simplista e redutora da realidade.

Muito embora diversos exemplares tenham sido destruídos por motivação política, certo é que o apeamento de muitos outros se ficou a dever, afinal, à desatualização oitocentista das suas funções. De facto, entre a Idade Média e o fim do Antigo Regime, o pelourinho foi uma estrutura destinada ao desempenho de funções de natureza penal, jurisdicional, publicitária, mediática e simbólica. Porém, a mudança política e social motivada pelo advento do Liberalismo também se repercutiu ao nível das suas seculares funções.

A desatualização destas funções aliada a outras circunstâncias tornou o pelourinho numa estrutura obsoleta. A dignidade da pessoa humana e o humanismo das penas retiraram ao pelourinho a sua função penal. O monopólio do exercício da justiça e a tendencial centralização administrativa esvaziaram a sua função jurisdicional. A mudança do paradigma da publicidade das leis e o surgimento de uma imprensa periódica oficial exauriram a sua função publicitária. Por sua vez, o desaparecimento destas três funções levou ao afastamento da sua função simbólica. Por fim, os reordenamentos urbanístico e rodoviário decorrentes do crescimento demográfico e da maior mobilidade da população portuguesa face ao desenvolvimento das vias e dos meios de transporte e a própria incapacidade de conversão dos pelourinhos abriram o caminho para a sua vandalização.

Depois de uma fase de considerável destruição durante as lutas liberais e do processo de consolidação do regime vencedor, a partir da publicação do *Relatorio e mappas ácerca dos edificios que devem ser classificados Monumentos Nacionaes* elaborado pela Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses em 1880o pelourinho começa lentamente a ser encarado como uma parcela do património nacional que também deve ser preservado.

A proposta apresentada a 29 de dezembro de 1904 por Sebastião da Silva Leal na assembleia-geral da Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses representa o ponto de partida para a proteção do parque nacional de pelourinhos. Contudo, as medidas de classificação geral de todos os pelourinhos portugueses como monumentos nacionais, de consagração de um dever de conservação e restauro deste tipo de monumentos a cargo dos municípios e de realização de um inquérito sobre os pelourinhos não foram, então, prosseguidas pelo Estado.

A tentativa de inventário dos pelourinhos nacionais levada a cabo pela Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses entre 1905-1906saldou-se no apuramento de 79 referências. Apesar de ter ficado muito aquém do seu universo real, a realização do inventário exerceu alguma pedagogia patrimonial junto de diversas autarquias no sentido da proteção dos seus exemplares.

Somente com a publicação do Decreto de 16 de junho de 1910 ocorre a proteção e monumentalização oficial dos pelourinhos, ainda que circunscrita a 36 exemplares, um número baixo face ao total de exemplares detetados no âmbito do inventário de 1905-1906.

3.2 1.ª República e Ditadura Militar

A instauração do regime republicano não implicou uma mudança de atitude do Estado relativamente ao valor patrimonial dos pelourinhos portugueses. À semelhança do que se verificou na Monarquia Constitucional, a classificação continuou a ser o único instrumento de proteção daqueles monumentos, o que se saldou apenas na monumentalização de 6 novos pelourinhos.

Francisco Garcez Teixeira recupera a 18 de maio de 1922 no seio da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição a proposta anos antes apresentada por Sebastião da Silva Leal na Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses.

Contudo, foi necessário aguardar até 1933 para que a tentativa de classificação geral dos pelourinhos apresentada por aquele patrimonialista viesse a ter acolhimento legal.

3.2 Estado Novo

A partir da institucionalização do Estado Novo, a proteção dos pelourinhos é levada a um nível muito superior através da publicação do Decreto-Lei n.º 23.122, de 11 de outubro de 1933. Este diploma foi criado no seio da Academia Nacional de Belas Artes, mas as suas raízes remontavam às propostas da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses/Sebastião da Silva Leal de 1905 e da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição/Francisco Garcez Teixeira de 1922.

Contrariamente ao que havia sucedido em 1905 e 1922, o decreto de 1933 encontrou na conjuntura política e económica do país a oportunidade ideal que havia faltado nos dois regimes políticos precedentes.

Por via do Decreto-Lei n.º 23.122, o Estado Novo procede a uma reabilitação legal e patrimonial dos pelourinhos portugueses, assentando o edifício da proteção daqueles monumentos em três pilares: (i) a *Classificação*; (ii) o *Inventário*; e (iii) a *Conservação e reintegração*.

Com provas dadas quanto à salvaguarda desde o final da Monarquia Constitucional, a classificação geral dos pelourinhos como imóveis de interesse público foi um instrumento que contribuiu para uma maior valorização daquelas estruturas. Por seu turno, o inventário dos pelourinhos nacionais realizado pela Academia Nacional de Belas Artes entre 1933 e 1935 traduziu-se num conhecimento muito aproximado da realidade do universo destes monumentos, tendo sido assinaladas 322 referências, número que ultrapassou em muito o resultado obtido na tentativa realizada em 1905-1906 pela então Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses.

ACADEMIA NACIONAL DE BELAS-ARTES

19. 24. 120. 2
PELOURINHOS

INVENTÁRIO CONFORME O INQUÉRITO
DETERMINADO PELO DECRETO N.º 23122
DE 11 DE OUTUBRO DE 1935



LISBOA
1935

Mas ao realizar o inventário, a Academia Nacional de Belas Artes exerceu uma ação difusora do Decreto-Lei n.º 23.122 e desempenhou um papel impulsionador e pedagógico sobre as câmaras municipais para a necessidade de conservarem ou reintegrarem as suas antigas estruturas.

A organização, pela Direção-Geral da Fazenda Pública, do cadastro dos monumentos nacionais e dos imóveis de interesse público então existentes no início da década de quarenta do século XX veio também incluir os pelourinhos em virtude da sua classificação geral pelo Decreto-Lei n.º 23.122. Os processos pertencentes àquela direção-geral encerram dados interessantes do ponto de vista cadastral e da proteção daqueles monumentos, designadamente o grande desconhecimento sobre a sua titularidade e a afetação essencialmente autárquica.

Já o dever de conservação e reintegração dos pelourinhos a cargo das respetivas autarquias locais constituía um objetivo de médio e longo prazo, envolvendo a atuação de vários agentes, a adoção de critérios de atuação e a disponibilidade de recursos. Os processos da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais revelam que o pedido de conservação, reintegração ou deslocação de pelourinhos resulta geralmente de uma motivação local e espontânea.

Duas grandes vagas de conservação e reintegração são suscetíveis de ser detetadas dentro desta generalizada motivação local e espontânea: a resultante da realização do inventário da Academia Nacional de Belas Artes em 1935-1936 e das comemorações do Duplo Centenário em 1940.

Conservar, reintegrar ou deslocar um pelourinho implica iniciar um procedimento no qual poderão participar duas ou mais entidades, dada a existência de uma repartição de competências sobre aquelas matérias. Assume particular protagonismo a atividade desenvolvida pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais pela Junta Nacional de Educação, secundadas pelo Comissariado do Desemprego. Contudo, não faltam casos de intervenções realizadas à margem do necessário procedimento administrativo, à revelia dos preceitos legais e até do conhecimento da própria Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e da Junta Nacional de Educação.

Ao longo do Estado Novo (1933-1974) são várias as solicitações locais a reclamar por uma intervenção conservatória nos seus pelourinhos, mas igualmente comuns os casos em que as autarquias procedem diretamente à reparação ou consolidação dos seus monumentos à margem da prévia autorização da Junta Nacional de Educação e da

aconselhável assistência técnica por parte da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Ao longo de 41 anos e relativamente a um universo formado por 385 monumentos regista-se um total 184 intervenções sobre 166 exemplares, ainda que nem todas elas oficiais. Em 57% dos casos as intervenções tiveram lugar sem a necessária assistência técnica por parte da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Reintegrar constituía a mais complexa das intervenções. Da análise dos processos da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais conclui-se que a dificuldade em reintegrar um pelourinho crescia à medida que se constatava a ausência das suas peças originais. Geralmente pressupunha a existência de alguns dos seus componentes básicos (fuste e capitel ou o remate), mas a falta dos restantes componentes secundários (degraus, base da coluna, ferros de sujeição) era ultrapassada com recurso à comparação com os pelourinhos das redondezas ou passíveis de serem englobados na mesma “família” ou “oficina”.

Apesar da coerência dos critérios de intervenção da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais nesta matéria, não foi possível travar todas as pretensões locais, o que resultou na reintegração de vários exemplares que não traduzem a sua verdade histórica. Nesta medida, a experiência portuguesa de reintegração de pelourinhos é suscetível de revelar bons e maus exemplos.

Em suma, o singular Decreto-Lei n.º 23.122 teve, de facto, o mérito de contribuir não só para a proteção de uma importante parcela do património cultural português, como até para o seu aumento em termos quantitativos, não obstante as suas falhas e algumas intervenções passíveis de crítica geralmente à margem da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Entre a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 23.122 e o fim do Estado Novo cerca de 43% dos pelourinhos ao tempo conhecidos sofreram pelo menos uma intervenção. Não fosse a existência daquele diploma, seguramente o nosso património cultural seria hoje quantitativa e qualitativamente mais pobre.

4. Augusto Nunes Pereira: Um padre-artista cultor de pelourinhos

Traçada que ficou no capítulo anterior a trajetória de destruição e de valorização patrimonial dos pelourinhos portugueses que ocorreu num espaço temporal de cerca de 150 anos, estão agora reunidas as condições para se entrar no cerne deste trabalho, ou seja, compreender e contextualizar a relação estabelecida entre Augusto Nunes Pereira e aquela espécie monumental.

Assim, após um breve resumo biográfico sobre o padre-artista fajaense, abordar-se-ão as duas formas pelas quais Augusto Nunes Pereira atuou sobre os pelourinhos da Beira Serra, a saber:

- a) *Pela ação*, no âmbito da qual serão focados os pelourinhos de Arganil, Coja e Pampilhosa da Serra;
- b) *Pela contemplação*, no âmbito da qual serão focados os pelourinhos de Avô, Fajão, Lousã, Redondos e Vila Cova de Alva.

4.1 Biografia

Augusto Nunes Pereira nasceu a 3 de dezembro de 1906 na aldeia de Mata de Fajão (concelho de Pampilhosa da Serra) e faleceu a 1 de junho de 2001 em Coimbra, contando 94 anos.

Constituiu o segundo de quatro filhos do casal formado por António Nunes Pereira (escultor santeiro)²⁶ e de Ana Gomes. Porém, ficou órfão de pai aos 9 anos de idade, com o qual havia aprendido as primeiras letras. *«Moralmente recebi influência directa de meu pai. Embora eu tivesse só nove anos quando ele morreu. Lembro-me muito da convivência com ele, do que ele dizia, do modo como educava os filhos. Lembra-me também que ele falava muito da sua arte, na arte dos santos. Dizia que me havia de ensinar a fazer santos, que havia de fazer um santo do meu nome. Lembra-me de algumas imagens*

²⁶Sobre o mesmo cfr. RAMOS, A. Jesus – «António Nunes Pereira: escultor santeiro da segunda metade do século XIX», in *Arganilia. Revista cultural da Beira-Serra*, 2.ª série, n.º 13, Junho de 2001 (1.º semestre), edição de António Lopes Machado, págs. 87-103.

que havia lá em casa. E a presença dessas imagens feitas por ele tiveram influência em mim.»²⁷



Augusto Nunes Pereira junto aos eu retrato da autoria de Guilherme Filipe

Frequentou o Seminário Maior de Coimbra entre 1919 e 1929, tendo sido ordenado sacerdote a 28 de julho deste último ano. Paroquiou Montemor-o-Velho até 1935, ano em que rumou para Coja (concelho de Arganil) e por lá permaneceu até 1952. A 13 de janeiro de 1952 foi nomeado para paroquiar a comunidade de São Bartolomeu (concelho de Coimbra), na qual exerceu o seu ministério até 1980, ano em que se aposenta.

²⁷ ApudCOTRIM, Miguel – «A faceta jornalística em Nunes Pereira», in *Monsenhor Augusto Nunes Pereira no centenário do seu nascimento*, Mário Nunes (coord.), Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2008, pág. 81.

Além de sacerdote, foi chefe de redação do *Correio de Coimbra* entre 1952 e 1974. Nas páginas deste jornal diocesano foram reproduzidas várias dezenas de gravuras de Augusto Nunes Pereira. Foi ainda membro da Comissão Diocesana de Arte Sacra e professor no Instituto Superior de Estudos Teológicos de Coimbra.

A par do amor a Deus e ao próximo, as artes foram outra sua paixão. Da poesia à escultura, da investigação histórica ao desenho, das recolhas etnográficas à xilogravura, do ex-librismo à medalhística, sem esquecer os vitrais, o ferro forjado e a aguarela, em todas elas Augusto Nunes Pereira revelou o seu enorme talento artístico e nível intelectual que podem ser observados não só nos diversos trabalhos efetuados nas paróquias que estiveram a seu cargo, como em diversas paróquias espalhadas pelo país, de que Fajão, Lousã, Dornes, Celorico da Beira constituem alguns exemplos.

Apesar da sua versatilidade, Augusto Nunes Pereira destacou-se sobretudo na xilogravura, tendo sido considerado um dos melhores artistas portugueses da 2.^a metade do século XX naquela área. As suas obras estiveram patentes ao público em exposições realizadas em Portugal e no estrangeiro.

Além de padre-artista, publicou e viu publicada considerável obra escrita, da qual se destacam: *Da terra e do céu* (1935), *História do Santuário de Nossa Senhora das Preces* (1945), *Panorama artístico das Beiras* (1947), *Pedra d'ara* (1954), *O acampamento romano de Antanol* (1958), *Do cadeiral de Santa Cruz* (1984) e *Os contos de Fajão* (1989).

Foi sócio de diversas associações, como o Movimento Artístico de Coimbra (do qual foi fundador) e o Grupo de Arqueologia e Arte do Centro. Foi igualmente associado da Sociedade Cooperativa de Gravadores de Portugal e da Sociedade Nacional de Belas Artes.

A Oficina-Museu do Seminário Maior de Coimbra, que ajudou a criar, acolhe parte considerável da obra artística de Augusto Nunes Pereira. A antiga vila de Fajão acolhe igualmente outro espaço museológico, tendo sido inaugurado a 13 de setembro de 1997 e ampliado a 16 de abril de 2000. Nele se reúne não só espólio recolhido pelo padre-artista, como também o seu próprio nome dá designação à instituição.

Monsenhor Nunes Pereira, como vulgarmente é conhecido, recebeu a 7 de abril de 1983a medalha de ouro da cidade de Coimbra, urbe que igualmente o perpetuou na

toponímia local em 2003, ao criar a Rua Monsenhor Augusto Nunes Pereira, na freguesia de Santo António dos Olivais. Idêntica iniciativa e topónimo foram concretizados dez anos antes, em Coja.

Por ocasião da celebração do centenário do seu nascimento, o Município de Coimbra colocou um padrão de granito comemorativo daquela efeméride na Rua Monsenhor Augusto Nunes Pereira, o qual foi inaugurado a 2 de dezembro de 2007. A mesma entidade projetou a abertura de um concurso para a criação de um monumento a Monsenhor Nunes Pereira, intenção que, até à data, não foi ainda concretizada.

O corpo do padre-artista encontra-se sepultado no cemitério de Fajão.

4.2 A ação em prol dos pelourinhos

4.2.A O pelourinho de Coja

Inicialmente levantado no século XVI, o pelourinho de Coja foi apeado vários anos (c. 1870-1875) após a extinção do seu antigo concelho (1853).

De acordo com José Mendes Ferrão, a destruição do monumento não se ficou a dever a um fenómeno de vandalismo político, mas antes ao resultado de uma operação de reordenamento rodoviário: *«ao construir-se esta estrada [Coja-Pisão] nos fins do século passado [século XIX], a casa da Câmara foi um "empecilho" e, por isso destruída. (...) Nessa voragem – ou necessidade relativa – o pelourinho também foi apeado e certamente, como normalmente sucede nestes casos, cada um levou para onde entendeu as pedras de cantaria que encontrou e a que reconheceu utilidade.»*²⁸

Com o apeamento, as pedras do antigo monumento conheceram fins muito diversos: as pedras da coluna foram destinadas a servir de suporte a uma capoeira; a pedra do remate foi utilizada como “frade” na esquina de uma casa particular (provocando assim o seu desgaste); e uma outra pedra foi utilizada como suporte duma trave numa casa também ela particular. Os demais componentes do pelourinho (como, por exemplo, os seus degraus) também terão sido reaproveitados, contudo hoje continua por se conhecer por quem e quais os seus concretos destinos.

²⁸ FERRÃO, José Eduardo Mendes – *Passeando pelas de Coja*, s.l., Liga Regional Cojense, 2011, pág. 69.

Com a assunção da paroquialidade de Coja (1935-1952) pelo então padre Augusto Nunes Pereira e com o seu espírito curioso pelas antigualhas, paulatinamente foi sendo redescoberto o paradeiro de alguns componentes essenciais do antigo pelourinho local, uma tarefa que também contou com o apoio do professor e regionalista João de Brito. Em entrevista ao jornal *A Comarca de Arganil*, publicada na edição de 8 de maio de 1942, a propósito da discussão dos problemas mais importantes da freguesia de Coja, o causídico Augusto Abranches de Figueiredo dava conta que era «*facilimo, pois, reconstruir o pelourinho, erguendo-o em lugar próprio*», sendo que para o efeito se dispunha, àquele tempo, de «*reconstituição e desenho já feitos pelo sr. padre Augusto Nunes Pereira*».²⁹

De facto, graças ao esforço do pároco Augusto Nunes Pereira e do professor João de Brito foram cedidas as pedras correspondentes ao capitel e à pinha do pelourinho com vista ao seu posterior restauro.



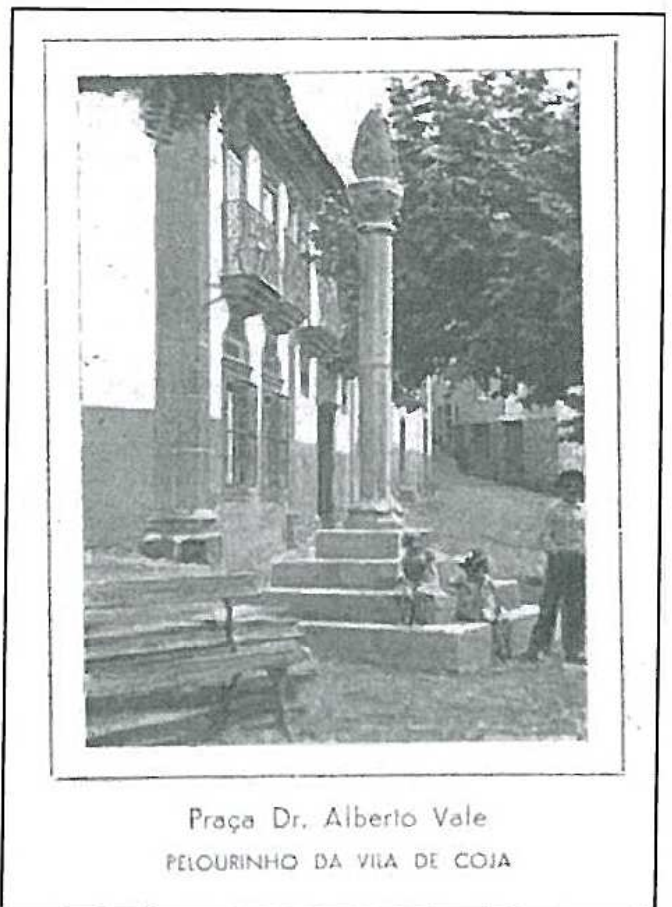
²⁹ SEM AUTOR – «A freguesia de Côja e os seus mais importantes problemas», in *A Comarca de Arganil*, n.º 2.844, de 1942-05-08, págs. 1-2.



No entanto, não se terá tratado de uma reintegração total do monumento primitivo, mas meramente parcial, na medida em que, excetuando as primitivas pedras correspondentes ao capitel e à pinha, todos os demais componentes do antigo pelourinho foram objeto de replicação, conforme esclarece José Mendes Ferrão *«As pedras da coluna foram encontradas por João de Brito, conforme me disse, integradas*

numa construção da rua de Baixo, suponho que suportando uma capoeira. Removê-las dava trabalho, criava dificuldades e, por isso, na reconstituição do pelourinho optaram por fazer a actual coluna por cópia da anterior, já que as pedras não tinham nenhum ornamento especial. Também os degraus não são os originais. O pelourinho, com os

Apesar das diligências tendentes à reintegração do monumento, esta só viria a ser uma realidade três anos depois com o apoio da Liga Regional Cojense e de várias pessoas.³⁰ Assim a 12 de agosto de 1945, e coincidindo com a inauguração do antigo mercado dominical, o pelourinho de Coja é inaugurado,³¹ tendo sido editado um bilhete postal a preto e branco.



³⁰ SEM AUTOR – «O pelourinho de Côja», in *A Comarca de Arganil*, n.º 3.157, de 1945-06-26, pág. 1.

³¹ SEM AUTOR – «O pelourinho de Côja», in *A Comarca de Arganil*, n.º 3.167, de 1945-07-31, pág. 2.

condicionalismos que se referem, foi reconstruído sensivelmente no mesmo local onde se encontraria antes de ser derrubado, ou deixado cair (...).»³²

Esta reintegração, aliás não oficial e desacompanhada de assistência técnica legalmente exigida por parte do organismo então com competência na área, só meses mais tarde foi detetada.

Com efeito, no seguimento de uma informação enviada pela Direção-Geral da Fazenda Pública, a 9 de novembro de 1945 o arquiteto chefe da 4.^a secção da Direção dos Monumentos Nacionais reporta ao arquiteto diretor deste serviço a recuperação entretanto ocorrida no antigo símbolo concelhio de Coja.³³

Dias depois, a 21 de novembro, o arquiteto diretor da Direção Geral dos Monumentos informa o diretor-geral da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que «*do primitivo pelourinho, apenas existe a base, parte do fuste e o coroamento em pinha com capitel. Com estas peças cedidas por um particular foi reconstruído e colocado o pelourinho na praça daquela aldeia [de Coja], sem conhecimento dessa Exm.^a. Direcção Geral*».³⁴

Contudo, e contrariamente ao sugerido pelo arquiteto chefe de secção na sua informação de 21 de novembro, o arquiteto diretor não veiculou a opinião segundo a qual apenas as peças primitivas do pelourinho deveriam merecer a classificação de Monumento Nacional.³⁵

4.2.B O pelourinho de Arganil

Desconhecem-se a data e a razão ou razões que levaram à destruição do pelourinho de Arganil, alegadamente de época manuelina.

³² FERRÃO, José Eduardo Mendes – *Passeando pelas de Coja*, s.l., Liga Regional Cojense, 2011, pág. 69.

³³ Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, fundo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, série "Pelourinhos, documento composto *Pelourinho de Midões: Processo administrativo* (1945), cota: PT DGEMN:DSID-001/006-010-0635/15.

³⁴ *Idem*.

³⁵ A expressão "monumento nacional" resulta seguramente de um lapso de escrita ou de uma imprecisão por parte do arquiteto chefe de secção. Na verdade, por força do Decreto-Lei n.º 23.122, de 1933, uma vez reintegrado um pelourinho este era automaticamente classificado como "imóvel de interesse público" (como é o caso do exemplar existente em Coja) e não como "monumento nacional".

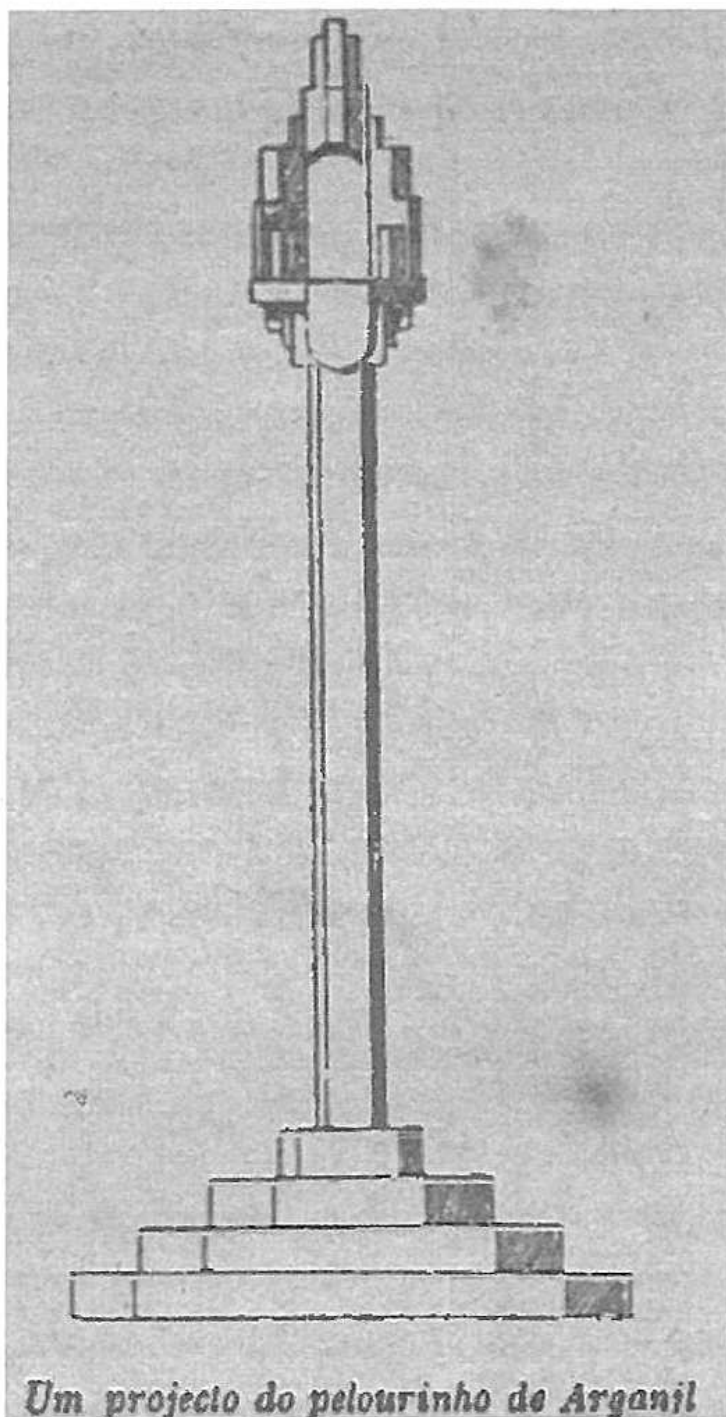
O paradeiro dos seus componentes permaneceu igualmente desconhecido durante considerável período de tempo, conforme revela a resposta da Câmara Municipal de Arganil ao inquérito sobre pelourinhos realizado em 1933-1935 pela Academia Nacional de Belas Artes. Com efeito, por ofício datado de 14 de janeiro de 1934 o presidente da comissão administrativa da autarquia arganilense, António Pedro Fernandes, respondia que o inquérito em causa «teve de ser preenchido negativamente, por neste concelho não haver nenhum pelourinho, nem vestígios».³⁶

No entanto, esta circunstância não impediu que três anos depois surgisse a primeira campanha a favor do restauro do pelourinho de Arganil, promovida pelo jornal *A Comarca de Arganil*, ao tempo dirigido por Eugénio Moreira: «há dias, em conversa amena entre amigos, surgiu e ventilou-se com entusiasmo a ideia, a todos os títulos aceitável, do restabelecimento do pelourinho de Arganil em lugar próprio e adequado. Esta sugestão é tanto mais curiosa quanto é certo que outro significado não tem senão o de proceder-se à restauração do simbolo da nossa autonomia administrativa. Agora que a Nação anda empenhada em reatar o fio da Tradição, deve merecer um culto e uma atenção especiais por parte de todos quantos se interessam pelas coisas de Arganil – que do concelho são – a ideia simpática da restauração do nosso velho pelourinho. (...) Assim, pois, julgamos interessante e até oportuno cuidar da sua restauração, pelo que entregamos o alvitre às mãos da vereação da câmara municipal de Arganil, porquanto ela, melhor do que ninguém, poderá e deverá remover possíveis dificuldades para a solução da nossa sugestão. Se porventura houver impossibilidade de se averiguar ao certo qual era o estilo do pelourinho, poderia talvez mandar-se fazer um que estivesse, tanto quanto possível, de harmonia com as linhas dos novos Paços do Concelho, ou com o estilo da iniciativa de quem seja competente para o delinear. Quanto ao local onde êle deve ficar assente, julgamos que nenhum outro é melhor do que o largo que vai ficar era frente àquele edificio.»³⁷

³⁶ Academia Nacional de Belas Artes, Documento composto *Livro 1º* [da correspondência] *Processo 133. Anos 1932 a 1936* [Processo especial pelourinhos]. Resposta, aliás, não inteiramente verdadeira, já que o pelourinho de Vila Cova de Alva encontrava-se à altura incólume.

³⁷ SEM AUTOR – «Pelourinho de Arganil: advogamos a sua restauração», in *A Comarca de Arganil*, n.º 2.313, de 1937-01-12, pág. 1.

A iniciativa causou «agradável impressão» na sociedade local, conforme refere o mesmo periódico na sua edição de 26 de janeiro de 1937, a qual reproduz um desenho do pelourinho da autoria de Augusto Nunes Pereira, ao tempo pároco de Coja e «artista de comprovados méritos». Tratava-se de um estudo do pelourinho arganilense ou, melhor, de uma reinterpretação daquele símbolo municipal assente no desconhecimento da fisionomia original do monumento ou de elementos que o tivessem composto.



Porém, o mesmo jornal sugeria que «o estudo consciencioso da restauração do pelourinho» fosse atribuído ao arqueólogo e etnógrafo Luís Chaves.³⁸

Tal sugestão acabou por ser seguida pelo próprio promotor da iniciativa, ou seja, pel' A *Comarca de Arganil*, conforme se deduz da leitura da sua edição de 16 de abril de 1937, ou seja, aparentemente o alvitre lançado «às mãos da vereação da câmara municipal de Arganil» não terá colhido por parte desta última grande entusiasmo.

Entretanto, Luís Chaves responde ao pedido de opinião formulado pelo jornal arganilense através de uma carta datada de 30 de março de 1937 e que A *Comarca de Arganil* transcreve na íntegra. Trata-se de um documento interessante do ponto de vista local, mas igualmente importante para se compreender a filosofia daquele etnógrafo em torno da questão do restauro de pelourinhos.³⁹

Na opinião de Luís Chaves, «(...) os concelhos afirmam a antiguidade da sua existência, quando não tenham pelourinho: por meio da reerecção do pelourinho, se existem restos dêle, desenho ou informação artística; por meio de pelourinho que modelem pelo do concelho de que se desmembraram; por meio de pelourinho do estilo arquitectónico da época da criação do concelho ou do foral novo. Todos estes critérios são plausíveis e teem sido empregados. Arganil foi vila por si. Forma concelho, não desmembrado de outro, Havia de ter pelourinho próprio. Não aparece vestígio. Como substitui-lo? Ou conseguindo modêlo medieval (o de Penela, por exemplo), ou procurando modêlo manuelino. Deste último só haverá hesitação na escolha. "A Comarca de Arganil" propunha no número de 26 de Janeiro dêste ano, que o pelourinho a erguer tivesse estilo modernista. Eu, apesar de arqueólogo, sou etnógrafo, e, como etnógrafo, vejo e sinto o dinamismo da alma popular nas modificações, embora pareçam paradas, quando na verdade são bem dinâmicas; por isso reconheço os modernismos equilibrados na arte como necessidades de realização de pensamento vibrátil e vibrante.»

Assim, nesta linha de pensamento, o estudo do pelourinho de Arganil realizado por Augusto Nunes Pereira caracterizado pelas suas linhas modernas – linhas essas

³⁸ SEM AUTOR – «Pelourinho de Arganil: advogamos a sua restauração», in *A Comarca de Arganil*, n.º 2.317, de 1937-01-26, pág. 1.

³⁹ SEM AUTOR – «Pelourinho de Arganil: advogamos a sua restauração», in *A Comarca de Arganil*, n.º 2.338, de 1937-04-16, pág. 1.

provavelmente relacionadas com a própria linha arquitetónica dos novos paços do concelho arganilenses – não colhe a opinião favorável de Luís Chaves, nomeadamente quando aquele antigo símbolo municipal respeita a um vetusto concelho, como Arganil. O etnógrafo discorda que «(...) concelhos antigos apresentem padrões modernistas da sua autarquia. O critério está bem para concelhos modernos. Acho-o mal para os como Arganil. Consequência do arrazoado: querem levantar o padrão do velho concelho histórico? Muito bem. Façam-no, à falta do autentico, inspirando-se num medieval ou manuelino», sugere Luís Chaves.

Contudo, a iniciativa do restauro do pelourinho veio a refrear até 1940, altura em que A *Comarca de Arganil* retoma o tema nas suas páginas a propósito das comemorações do Duplo Centenário de 1140-1640, de que a Exposição do Mundo Português, em Belém, constituiu o momento mais alto. «Os muitos milhares de portugueses que teem visitado a Exposição do Mundo Português, receberam, além dum espectáculo visual de rara beleza, uma eloquente lição que não pode nem deve ser perdida. Tudo o que relembra o passado glorioso da nacionalidade, desde os primórdios da fundação, ressurgiu em Belem por forma que quasi se pode classificar de miraculosa. (...) E sendo assim, como é opinião unânime da gente lusa, fácil se nos afigura integrar, neste culto pelo passado, tudo o que ao passado pertence. A lição recebida em Belém projecta-se em todo o país, encorajando a solução de assuntos que o camartelo destruidor e iconoclasta tentou inutilizar para sempre. Referimo-nos aos pelourinhos, só inúteis e inexpressivos para os que desconhecem a significação que êles tiveram no passado, no passado que se patenteia na Exposição do Mundo Português. (...) O Pelourinho de Arganil, de que ainda restam algumas pedras recordando a sua existência, pertence ao número dos que foram destruídos. A êle já nos temos referido, várias vezes, preconizando a sua restauração. (...) O Pelourinho de Arganil, pequenino ponto de referência do luminoso passado que a Exposição do Mundo Português em tão feliz hora reavivou, não é uma utopia jornalística, bola de sabão de vida efémera... É um assunto que não deve perder-se de vista e que deve ser resolvido, logo que para tal haja feliz ensejo.»⁴⁰

⁴⁰ SEM AUTOR – «O Pelourinho de Arganil», in *A Comarca de Arganil*, n.º 2.699, de 1940-11-22, págs. 1-2.

E, de facto, o início de 1941 apontava precisamente nesse sentido, já que o capitão António Pedro Fernandes, então presidente do município arganilense, em entrevista ao jornal *A Comarca de Arganil* esclarecia que o restauro do pelourinho de Arganil «(...) será levado a efeito a seu tempo, na Praça, em frente aos Paços do Concelho, que é o único local adequado para a sua implantação.»⁴¹

Porém o assunto não terá conhecido desenvolvimentos de maior, apesar de uma importante descoberta ocorrida em 1944: duas pedras que aparentemente terão integrado o fuste do pelourinho de Arganil.



⁴¹ FERNANDES, António Pedro – «Arganil: vila progressiva», in *A Comarca de Arganil*, n.º 2.710, de 1941-01-01, págs. 1-2.

Mais uma vez, A Comarca de Arganil destaca o achado nas suas páginas, relatando-o nos seguintes termos: «aquela pedra que durante dezenas e dezenas de anos, seguidamente, assistiu e contemplou as nossas travessuras de rapaz e as de tantos de outras gerações anteriores e posteriores à nossa, junto a esquina da casa da família Carvalho, desta vila, lá acabou na segunda-feira o seu penar de proteger a esquina contra os insultos dos veículos que por aquela rua transitam. (...) Para ela e para a outra parte há anos desintegrada do muro de resguardo de um prédio rústico qualquer, teria soado a hora da sua reintegração no pelourinho de que faziam parte? É possível que sim.»⁴²

A descoberta das duas pedras chegou inicialmente ao conhecimento da Câmara Municipal de Arganil e posteriormente à Direção-Geral da Fazenda Pública em ofício datado de 15 de abril de 1944.⁴³ Por sua vez, este serviço terá reportado tal facto à Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em finais de 1944, que de imediato iniciou um procedimento administrativo tendente a analisar a hipótese de recuperar o pelourinho com base nos elementos recentemente encontrados.

O PELOURINHO DE ARGANIL

reconstituído pelo padre-artista Augusto Nunes Pereira

erguer-se-á num futuro próximo, junta aos Paços do Concelho

Infelizmente pouco se sabe do pelourinho de Arganil. Todavia, ele existiu, como emblema da jurisdição municipal. Por alguns fragmentos de que presentemente só resta a memória, e por analogia com outros pelourinhos da região, foi possível ao sr. padre Augusto Nunes Pereira, amigo e confrade do freguesia do Fajão, fazer a reconstituição que a nossa gravura apresenta. É um pelourinho esbelto nas suas formas singelas de coluna dórica.

A nossa Câmara Municipal pensa encarregar um dos pedreiros-artistas da região, do trabalho de moldar em pedra de granito o desenho saído das mãos do padre-artista. Depois (e espera-se que não virá longe esse dia), o pelourinho da nossa terra será colocado no largo fronteiro à fachada posterior do edifício dos Paços do Concelho. E aí que ele fica bem, pois, como se sabe, sempre estes pequenos monumên-

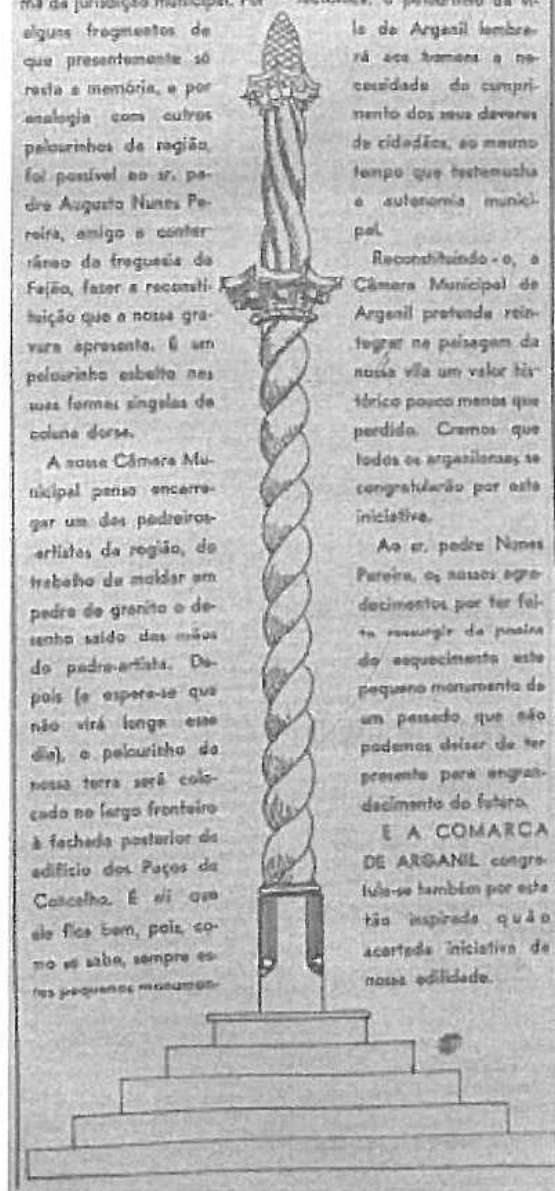
tos aparecem junto da casa onde se administrava a justiça.

Na sua simplicidade arquitectónica, o pelourinho da vila de Arganil lembrará aca também a necessidade do cumprimento dos seus deveres de cidadãos, ao mesmo tempo que testemunha a autonomia municipal.

Reconstituindo-o, a Câmara Municipal de Arganil pretende reintegrar na paisagem da nossa vila um valor histórico pouco menos que perdido. Cremos que todos os arganilenses se congratularão por esta iniciativa.

Ao sr. padre Nunes Pereira, os nossos agradecimentos por ter feito resurgir da poeira do esquecimento este pequeno monumento de um passado que não podemos deixar de ter presente para engrandecimento do futuro.

E A COMARCA DE ARGANIL congratula-se também por esta tão inspirada quão acertada iniciativa da nossa edilidade.



⁴² SEM AUTOR – «Do antigo Pelourinho de Arganil existem duas pedras do fuste», in *A Comarca de Arganil*, n.º 3.055, de 1944-06-16, pág. 1.

⁴³ MATA, Nuno – *Pelourinhos da Beira Serra*, Coja, Rancho Infantil e Juvenil de Coja, 2000, pág. 25.

No entanto, a opinião do arquiteto-diretor dos serviços da Direção dos Monumentos Nacionais, veiculada em informação datada de 21 de novembro de 1945, era perentória: «os dois fragmentos de pedra da coluna do pelourinho, encontram-se em poder da Câmara Municipal e estão classificados. Com aqueles fragmentos, julgo impossível a reconstrução do Pelourinho».⁴⁴

Este entendimento da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais terá contribuído para um interregno de mais de 20 anos nas pretensões locais de reconstituição do pelourinho de Arganil. De facto, a única nota de relevo durante este longo período é a referência feita pelo padre Nogueira Gonçalves e pelo arquiteto Álvaro da Fonseca a uma outra pedra que compunha o antigo monumento, num interessante artigo sobre a problemática da relação dos pelourinhos com o urbanismo: «Do pelourinho [de Arganil] conhecemos um troço do pilar a servir de marco numa rua.»⁴⁵

Em 1968, inicia-se o processo que efetivamente vai culminar com a reconstituição do pelourinho de Arganil, processo esse que não seria rápido nem consentâneo.

Mais uma vez, a tarefa de reconstituição do desaparecido símbolo municipal arganilense é atribuída a Augusto Nunes Pereira. Trinta e um anos depois de ter apresentado o projeto de um “padrão modernista da sua autarquia” (utilizando as palavras de Luís Chaves), o padre-artista natural de Fajão apresenta agora um pelourinho inspirado quer em componentes análogos aos de outros pelourinhos da região, quer em componentes das pedras originais encontradas em 1944 (mas entretanto extraviadas).⁴⁶ No fundo, é um novo projeto, mas em linha com o preconizado por Luís Chaves em 1937 e pela própria Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.⁴⁷

⁴⁴Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, fundo da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, série “Pelourinhos”, documento composto *Pelourinho de Midões: Processo administrativo* (1945), cota n.º PT DGEMN:DSID-001/006-010-0635/15.

⁴⁵GONÇALVES, Nogueira, e FONSECA, Álvaro da – «Os pelourinhos e o urbanismo», in *Boletim da Direção-Geral dos Serviços de Urbanização*, Vol. 2, Ministério das Obras Públicas, 1954, pág. 40.

⁴⁶No entanto, o inventário publicado em 1993 pelo IPPAR refere que «os fragmentos [do pelourinho de Arganil] encontram-se em poder de um particular» (IPPAR – *Património classificado arquitectónico e arqueológico: Inventário*, 3 Vols., 1.ª edição, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1993, pág. 6).

⁴⁷«(...) A dificuldade em reintegrar um pelourinho cresce à medida que se constata a ausência das suas peças originais. Efetivamente, tornar a integrar este tipo de monumento pressupõe a existência de alguns dos seus componentes básicos, designadamente o fuste e o capitel ou o remate. Nos casos em que estejam reunidos estes componentes mínimos, ou até outras mais peças, a operação reintegradora não oferece dificuldade e é aceite sem grandes reservas ao nível técnico por parte da DGEMN [Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais]. A ausência de iconografia não constitui um óbice e procura-se colocar o monumento no seu local de origem, tarefa

«É um pelourinho esbelto nas tuas formas singelas de coluna dorsa», noticia A Comarca de Arganil em outubro de 1968. «A nossa Câmara Municipal pensa encarregar um dos pedreiros-artistas da região, do trabalho de moldar em pedra de granito o desenho saído das mãos do padre-artista. Depois (e espera-se que não virá longe esse dia), o pelourinho da nossa terra será colocado no largo fronteiro a fachada posterior de edifício dos Paços do Concelho.»⁴⁸

Mas esse dia continuava longe, uma vez que, apesar de munida do novo projeto, a Câmara Municipal de Arganil via-se na necessidade de obter assistência técnica por parte do Ministério das Obras Públicas para proceder ao arranjo do largo fronteiro aos seus paços do concelho e aqui tentar colocar o monumento.⁴⁹

Em data não concretamente apurada, mas que julgamos rondar o início do ano de 1976, o pelourinho de Arganil é finalmente reintegrado. Na realidade, a reintegração não passa de uma mera (hipotética) réplica daquilo que terá sido o monumento manuelino e desprovida de qualquer peça pertencente ao pelourinho original. Mas o monumento em granito é colocado numa das entradas da vila, no sítio da Barreira, e não no largo fronteiro aos paços do concelho de Arganil, como desde o início foi preconizado e como é circunstância habitual quanto a este tipo de estrutura.

A opção tomada não colheu a opinião favorável de alguns arganilenses, que inclusivamente utilizam as páginas d' A Comarca de Arganil para expressar publicamente a sua discordância quanto à opção tomada: «Com surpresa de muitos arganilenses – e nossa também – acaba de ser colocado na Barreira, à entrada desta vila, quando se vem de Coja, o Pelourinho de Arganil, reconstituído pelo grande artista padre Nunes Pereira. E dizemos com surpresa, porque estamos habituados a ver, noutras terras do País, os Pelourinhos, como testemunhos do passado, colocados precisamente nos largos e nas

facilitada pela memória local, pela relativa sedimentação da toponímia ou tendo como referência o edifício da câmara. A falta dos restantes componentes secundários (v.g., degraus, base da coluna, ferros de sujeição) é normalmente ultrapassada com recurso à comparação com os pelourinhos das redondezas ou com pelourinhos passíveis de serem englobados na mesma "família" ou "oficina". Porém, dispor de todos ou de grande parte dos componentes originais de um pelourinho apeado no passado é uma circunstância verdadeiramente excepcional. O problema agudiza-se quando não existem os componentes básicos, quando os fragmentos destes são de dimensão reduzida ou quando não existem de todo quaisquer peças remanescentes do monumento, mas apenas uma forte motivação local no sentido de ver reintegrado um antigo pelourinho» (ROSA, António Amaro – O pelourinho português, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015, pág. 206).

⁴⁸ SEM AUTOR – «O Pelourinho de Arganil», in A Comarca de Arganil, n.º 6.363, 1968-10-31, pág. 1

⁴⁹ SEM AUTOR – «O Pelourinho de Arganil», in A Comarca de Arganil, n.º 6.700, 1971-02-13, pág. 1.

praças principais das localidades (...). O de Arganil, havia há anos sido integrado no projecto do arranjo da Praça Simões Dias, no largo fronteiro aos Paços do Concelho, de autoria de um distinto arquitecto urbanista de Coimbra. Mas, no início das obras do largo, sucedeu que outros inspirados arquitectos logo surgiram a discordar da forma do arranjo do largo, cujo pavimento no projecto era plano e acabou por ficar em declive, com espanto de toda a gente... só para ficar com menos uns tantos centímetros de altura, para desafogar os edifícios laterais – dizia-se. Enfim, um largo “sui generis”... E atirou-se também com o Pelourinho para a Barreira, subúrbios da vila... como se em Arganil não houvesse outro largo para o colocar, além do dos Paços do Concelho, se acaso neste não coubesse!»⁵⁰

A polémica localização chegou inclusivamente a dar azo a uma paródia durante as celebrações do Carnaval de 1976, em que se assistiu a «(...) um cortejo transportando num mini-tractor uma reprodução, em papel, do pelourinho de Arganil, que foi colocado na Praça Simões Dias, em frente aos Paços do Concelho, acto que foi premiado com salvas de palmas dadas pelo público que assistiu à brincadeira carnavalesca.»⁵¹

Face à controvérsia suscitada, a comissão administrativa do município procura esclarecer os arganilenses quanto à opção tomada, justificando a opção de erguer o pelourinho no sítio da Barreira pela circunstância de ser «(...) aquele o sítio mais aberto de Arganil e que houve a ideia de o colocar num local onde passe muita gente e ali passam especialmente muitos estudantes para as escolas, que ali têm um exemplo para reflectir.»⁵²

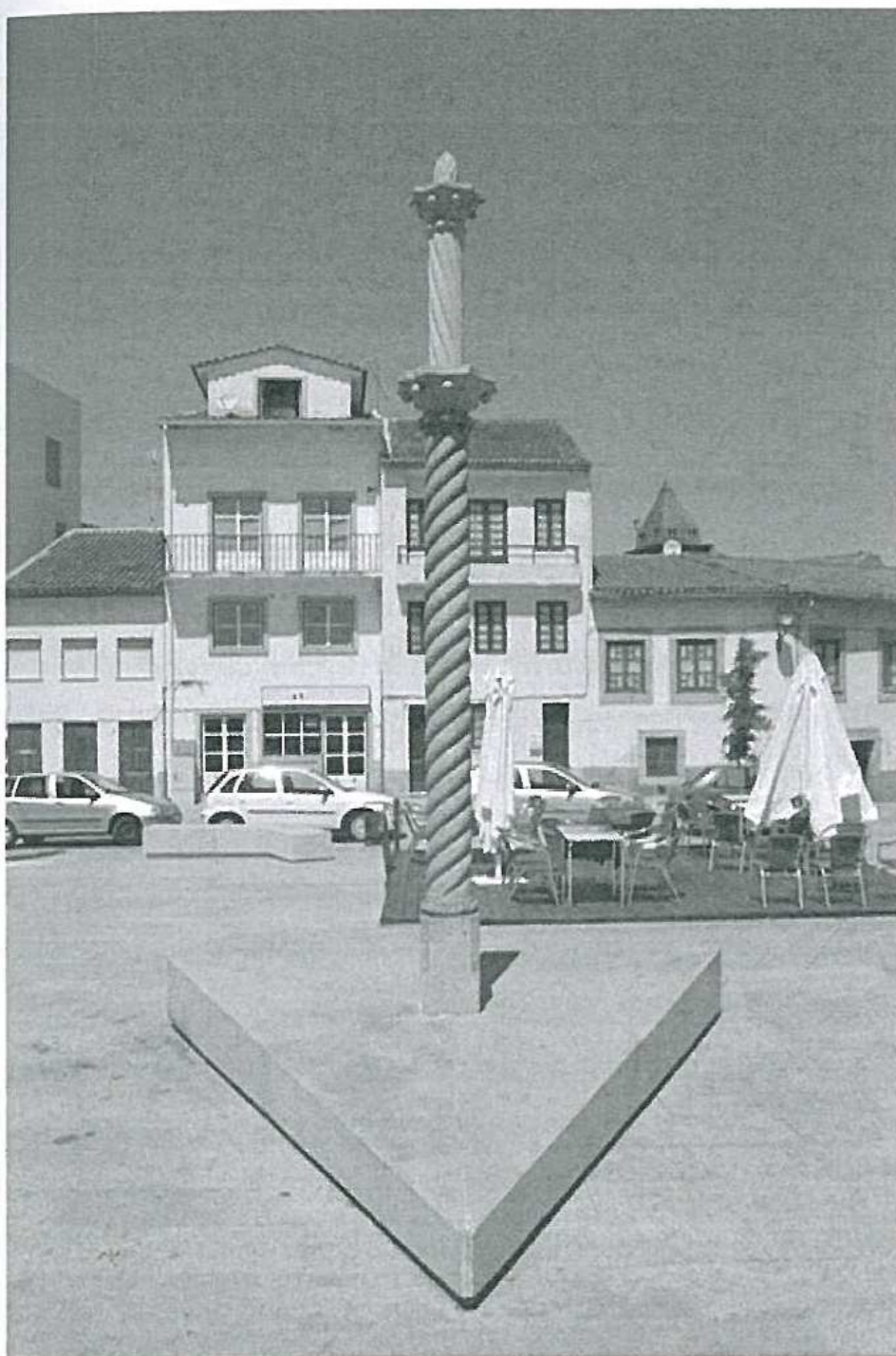
Mais tarde, e em data concretamente não apurada, o pelourinho é inserido num espaço mais central da vila de Arganil, no Largo Padre Manuel da Costa Vasconcelos Delgado (também denominado por Largo do Pelourinho), onde permanece até hoje.

⁵⁰ SEM AUTOR – «O Pelourinho de Arganil foi parar à Barreira!», in *A Comarca de Arganil*, n.º 7.438, 1976-02-21, pág. 6.

⁵¹ SEM AUTOR – «O pelourinho de Arganil esteve em frente dos Paços do Concelho na terça-feira de Carnaval...», in *A Comarca de Arganil*, n.º 7.442, de 1976-03-04, pág. 1.

⁵² SEM AUTOR – «Câmara Municipal de Arganil», in *A Comarca de Arganil*, n.º 7.442, de 1976-03-04, pág. 6.

Recentemente alvo de uma requalificação urbana inaugurada, a 5 de outubro de 2015,⁵³ aliás muito infeliz, que se traduziu na eliminação dos dois degraus e na sua substituição por uma base triangular.



⁵³ SEM AUTOR – «Largo do Pelourinho inaugurado ao som de “...tudo isto é fado”», in *A Comarca de Arganil*, edição online de 2014-10-07. Disponível em <URL:<http://www.acomarcadearganil.pt/arganil-largo-pelourinho-inaugurado-ao-som-tudo-isto-e-fado/>>.

4.3.C O pelourinho de Pampilhosa da Serra

A primeira referência a um pelourinho pampilhosense surge a 9 de abril de 1385, data em que D. João I outorga a carta de confirmação da vila de Pampilhosa, fundamentando-se no facto de que aquela povoação «(...) em tempo dos outros Reis que foram dos ditos Regnns amte nos de sempre ouueram Jurdiçam e privilégios foros e costumes liberdades como villa issenta faziam seus Juizes e vereadores e procuradores e almotaces carcereiros Jurados e faziam Justiça asy como pertença a villa preuelegyada e lhe foram dads tabaliães e todollas outras cousas que pertenciam a villa issemta e teueram sello e forca e picota e cadea asy como outro lugar issemto (...)».⁵⁴

Na opinião de Júlio Cortez Fernandes,⁵⁵ esta picota deveria ser uma estrutura de madeira, não só porque no concelho não existia pedra apropriada para talhar um símbolo do poder municipal, como também pelo facto de nesta altura abundarem por ali os carvalhais, soutos e sobrais.

A picota joanina terá sido uma antecessora do pelourinho que viria a ser erguido provavelmente mais de um século depois, no seguimento da outorga do foral novo da Pampilhosa pelo rei D. Manuel I, a 20 de outubro de 1513, à semelhança do que sucedeu em diversas povoações portuguesas.

Apenas em 1823 se tornam a encontrar referências expressas ao antigo de monumento de Pampilhosa da Serra por meio de um opúsculo publicado pelo juiz ordinário e miguelista Francisco Caetano das Neves e Castro, no qual consta uma queixa apresentada pelo liberal Custódio de Mello Castelão de Brito Brandão quanto ao facto de alguns dos seus pregões e proclamações terem sido arrancados do pelourinho «mesmo ao pino do dia».⁵⁶ Portanto, por esta altura o pelourinho pampilhosense continuava ainda incólume e a desempenhar, pelo menos, a função publicitária.

⁵⁴RUA, Fernando B. S. – «Breves notas sobre o pelourinho da Pampilhosa», in *Serras da Pampilhosa*, n.º 103 (janeiro de 2008), págs. 6-7.

⁵⁵FERNANDES, Júlio Cortez – «A cadeia, a picota, o pelourinho e a forca – A justiça na Pampilhosa medieval», in *Serras da Pampilhosa*, n.º 139 (janeiro de 2010), págs. 8-9.

⁵⁶NEVES E CASTRO, Francisco Caetano das – *Manhas constitucionais ou o retrato de Custódio de Mello Castelão de Brito Brandão*, Imprensa Cristã da Rua dos Coutinhos, Coimbra, 1823, pág. 6.

Num resumo histórico da autarquia pampilhosense⁵⁷ sobre o pelourinho é referido que «em 1881, Pinheiro Chagas dá conta da sua presença na Praça Barão do Louredo», arruamento onde se encontrava localizado o antigo edifício dos paços do concelho (hoje museu municipal).

No entanto, esta asserção patente no referido resumo está em contradição com uma alegação mais recente constante noutra suporte. De facto, num vídeo em exibição contínua numa das salas do recém-remodelado museu municipal é referido que «em 1863 [o pelourinho] não escapou às novas orientações do regime liberal e foi retirado da praça. Os fragmentos que o constituíam (degraus, base, fuste e capitel) dispersaram-se, acabando por desaparecer.»⁵⁸ Certo é que em 1935 ele integra o rol dos 146 pelourinhos demolidos elaborado por Nuno Catarino Cardoso.⁵⁹

Em finais da década de trinta ou mesmo nos primeiros anos da década de quarenta do século XX um dos componentes essenciais do pelourinho pampilhosense é finalmente descoberto num quintal da casa do conhecido regionalista Cipriano Nunes Barata, conforme deu conta o então prior de Coja, Augusto Nunes Pereira, numa conferência realizada a 8 de junho de 1945 no salão nobre da Câmara Municipal da Lousã: «do pelourinho da Pampilhosa encontrei há anos a pedra esférica ornamentada que lhe servia de remate.»⁶⁰ A dita pedra esférica, o capitel, estava a servir de base de apoio a um ferro que sustentava uma latada existente no referido quintal.

O achado motivou a então recém-constituída associação Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra a dirigir a 20 de agosto de 1941 uma carta ao presidente da Câmara Municipal pampilhosense sugerindo, como homenagem aos pampilhosenses que em 1385 lutaram pela autonomia face à Covilhã, que se torne a «(...) reerguer na Praça Barão de Louredo o seu antigo pelourinho, que testemunhará aos vindouros a existência das liberdades e regalias comuns, sendo ao mesmo tempo o padrão público da autonomia administrativa dos homens bons da serra, dos quais somos actualmente os legítimos

⁵⁷ SEM AUTOR – *O capitel do pelourinho de Pampilhosa da Serra*, s.l., s.d. Este resumo de uma página encontrava-se dentro da vitrina que, a partir de dezembro de 2007, foi colocada no átrio do edifício dos atuais paços do concelho e na qual se exibia o capitel em causa.

⁵⁸ Cfr. vídeo intitulado *Identidade*, realizado por Ameixa Preta, c. 2014. Disponível na Internet em <URL: <http://www.ameixapreta.com/index.php/video>>.

⁵⁹ CARDOSO, Nuno Catarino – *Pelourinhos demolidos*, Lisboa, 1935, pág. 6.

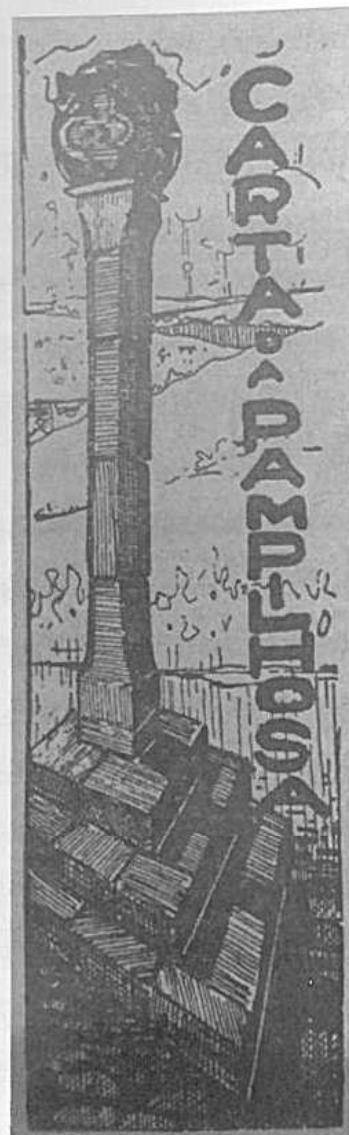
⁶⁰ PEREIRA, Augusto Nunes – *Panorama artístico das Beiras*, Lousã, Biblioteca Municipal, 1947, pág. 22.

representantes. (...) Para o efeito sugere esta Casa a constituição de uma Comissão de pampilhosenses, que cheios de zelo e boa vontade, tomarão a iniciativa de realizar este projecto, de modo que em 10 de Abril de 1942 se possa inaugurar no local de outrora o padrão da autonomia administrativa e judicial da nossa querida Pampilhosa».⁶¹

Aparentemente o assunto não teve qualquer seguimento ou sequer resposta. Quer no arquivo da associação em causa, quer nos livros de atas e de correspondência expedida da autarquia (ao tempo ainda sedeadada na dita praça) não se encontra qualquer menção ulterior sobre este assunto.⁶²

Entretanto, o capitel foi recolhido e guardado nos antigos paços do concelho, tendo mais tarde transitado para as oficinas municipais existentes junto do cemitério pampilhosense.

A 15 de maio de 1966 o tema é reatado através de um curto, mas incisivo, comentário publicado no entretanto desaparecido jornal pampilhosense *Correio da Serra*: «Teve a Pampilhosa o seu pelourinho. Não tinha arte. Era de granito, com a cabeça simbolizando um fruto. Aparece na gravura que habitualmente ilustra a [rubrica] Carta da Pampilhosa. Porém, como os degraus e coluna da [sic] primitivo pelourinho desapareceram e só o remate parece ainda existir, fez a reconstituição do mesmo o hábil artista sr. Padre Nunes Pereira. Também ele precisa de ser restaurado. Esperamos, por isso, que a Câmara se lembre disso e pense em colocá-lo na praça do futuro município. Há coisas esquecidas que não podem ficar eternamente no esquecimento.»⁶³



⁶¹ Arquivo da Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra, Documento *Sugestão de reintegração do pelourinho de Pampilhosa da Serra de 1941-08-20*, sem cota. Documento igualmente publicado no jornal *Serras da Pampilhosa*, n.º 102 (dezembro de 2007), pág. 3.

⁶² O "Livro de Actas n.º 14" da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, referente ao período de 1939-1942, encontra-se extraviado, tendo apenas sido possível consultar o "Livro de Actas n.º 13", o qual contém atas daquele órgão municipal referentes a diversos anos (desde 1937 a 1973). Dessa consulta, realizada em junho de 2011, não se extraiu qualquer referência ao pelourinho, sendo que não existe qualquer livro de correspondência expedida referente a 1941. Já no livro "Registo de correspondência recebida por esta câmara municipal desde o n.º 76", constata-se que a carta enviada pela associação regionalista foi efetivamente recebida pela autarquia pampilhosense a 22 de agosto, tendo ficado registada sob o n.º 387.

Porém, a sugestão da reintegração do desaparecido símbolo local junto do projetado novo edifício dos paços do concelho não foi seguida.

Novo desenvolvimento sobre este assunto apenas torna a ocorrer 30 anos depois e novamente através das páginas de um jornal. A 5 de outubro de 1996, o pampilhosense e docente do ensino secundário Fernando Rua inicia a publicação de um desenvolvido artigo sobre o antigo marco jurisdicional intitulado “Breves notas sobre o pelourinho da Pampilhosa”, no jornal *A Comarca de Arganil*.⁶⁴

O estudo, bastante aprofundado, fundamentado e acompanhado de uma reconstrução gráfica do pelourinho face aos elementos disponíveis, constituiu um convite implícito para a reintegração da desaparecida estrutura no seu primitivo local, convite esse que, mais uma vez, não teve seguimento.

Entretanto, com a reconversão dos antigos paços do concelho em museu municipal e no seguimento da redescoberta e valorização do capitel do antigo pelourinho pampilhosense (única peça sobrance do monumento), o mesmo passa a integrar o acervo do referido museu em abril de 1997, no qual permanecerá nos dez anos seguintes.

Em novembro de 2005 segue-se nova iniciativa tendente à recuperação do pelourinho e uma vez mais por via da associação Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra, que apresenta à autarquia pampilhosense uma “Proposta de reconstituição do pelourinho de Pampilhosa da Serra”. Contudo, a proposta não teve resposta formal.

Volvidos dois anos, a 5 de novembro, a mesma associação regionalista sugere novamente à autarquia pampilhosense que encete diligências tendentes à reconstituição do pelourinho, fazendo coincidir a sua inauguração com a comemoração dos 700 anos do município, em abril de 2008.

A 20 de dezembro de 2007, em resposta àquela sugestão, a Câmara Municipal informa que, no âmbito das projetadas comemorações dos 700 anos do município, «há já *variadíssimas ideias que queremos concretizar, sendo, uma delas, a construção de uma réplica do pelourinho de Pampilhosa da Serra, já que não é possível a sua reconstrução*

⁶³ *Correio da Serra*, ano 3, n.º 46.

⁶⁴ Artigo publicado pela primeira vez no jornal *A Comarca de Arganil*, n.º 10.482 (1996-10-05) e n.º 10.483 (1996-10-08). Posteriormente republicado no jornal *Serras da Pampilhosa*, n.º 103 (janeiro de 2008), págs. 6-7.

que, inclusivamente, desvirtuaria o capitel existente, para o qual destinámos um local mais nobre», acrescentando que «foram já feitas algumas diligências, de forma a que possamos concretizar esta ideia».⁶⁵

Ainda dezembro do mesmo ano, o capitel original do pelourinho pampilhosense é removido do Museu Municipal e instalado, em vitrina apropriada, no átrio do edifício dos atuais paços do concelho.



Em reunião de Câmara Municipal realizada a 29 de janeiro do ano seguinte, o presidente da autarquia informa que «foi adjudicada a um artista a escultura de uma réplica do Pelourinho, contando que a mesma seja inaugurada no dia 10 de Abril – Feriado Municipal».⁶⁶ Assim, ao longo dos meses que se seguiram, o pelourinho pampilhosense foi literalmente recriado na via pública, não no seu primitivo local, mas defronte dos

⁶⁵ROSA, António Amaro – «2008: O ano do regresso do pelourinho pampilhosense?», in *Serras da Pampilhosa*, n.º 103 (janeiro de 2008), pág. 7.

⁶⁶Acta n.º 2 da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra – Reunião Ordinária realizada no dia 2008-01-29. Disponível na Internet em <URL:<http://www.cm-pampilhosadaserra.pt>>.

atuais Paços do Concelho, maioritariamente à força de martelo e picão em granito proveniente de Vila Real e ao longo de 14 horas diárias, como explicou o escultor Camarro junto do mensário local.

A construção do pelourinho recriado em plena via pública foi uma das condições impostas pela autarquia, consubstanciando uma forma de envolvimento da população local, aguçando a sua curiosidade. Em fevereiro de 2008 o jornal local *Serras da Pampilhosa* relatava que «*de facto, não raras vezes, o artífice é interrompido pelas pessoas, especialmente os alunos das escolas, que pretendem ver satisfeitas as suas dúvidas e assim, quase espontaneamente, surge na capacidade de comunicação de um e na insaciável curiosidade de outros, uma aula de história. O que significa, para que servia e porque é que está a fazer, são as perguntas mais frequentes.*».⁶⁷ Na ótica do seu escultor, «*a partir desta comunicação as pessoas são “reeducadas” para ver, pois não é muito normal ver um escultor a trabalhar. Uma obra feita ao ar livre tem um significado e um valor diferente do que se fosse executada num espaço fechado e colocada depois no seu sítio, também daí as pessoas apreciarem mais o nosso trabalho*»,⁶⁸ acrescentando que «*a reacção foi bastante positiva, pois nunca tinham presenciado um escultor a realizar uma obra. Os comentários eram impressionantes.*»⁶⁹

Finalmente, o município pampilhosense procede à inauguração do recriado pelourinho manuelino a 10 de abril de 2008, feriado municipal, e integrado nas comemorações dos sete séculos sobre a (suposta) criação do concelho por D. Dinis.

Não se tratou, contudo, da reintegração do pelourinho uma vez que a nova estrutura não contém nenhuma peça original do antigo monumento, nomeadamente o capitel achado pelo pároco Augusto Nunes Pereira. Na realidade, o pelourinho pampilhosense atualmente existente consiste numa mera réplica que assenta no estudo elaborado pelo

⁶⁷ OLIVEIRA, César – «Via pública e público assistem à reconstrução do pelourinho», in *Serras da Pampilhosa*, n.º 104 (fevereiro de 2008), pág. 16.

⁶⁸ BARATA, Marisa – «Os últimos retoques ao pelourinho e brasão pampilhosenses», in *Serras da Pampilhosa*, ano 8, n.º 106 (abril de 2008), pág. 20.

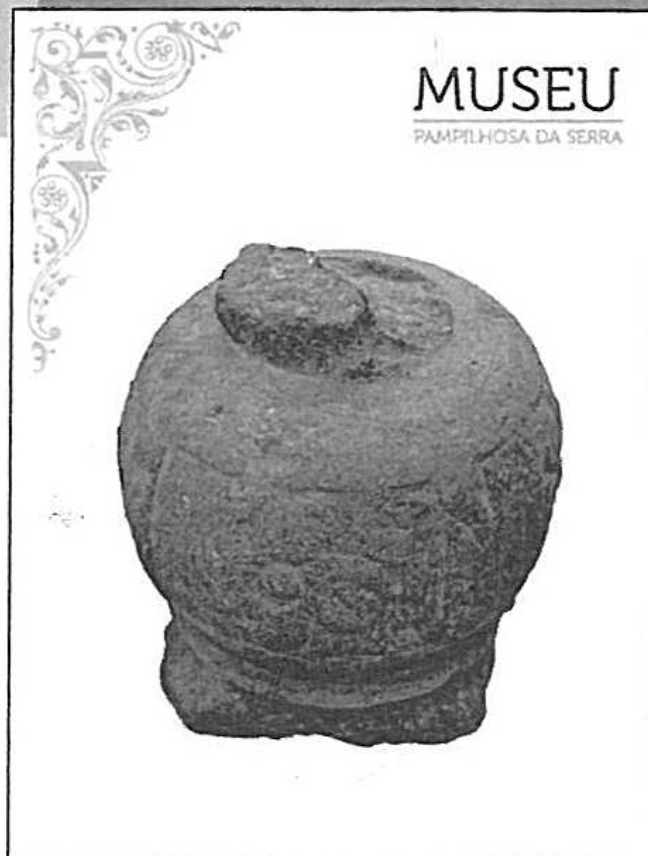
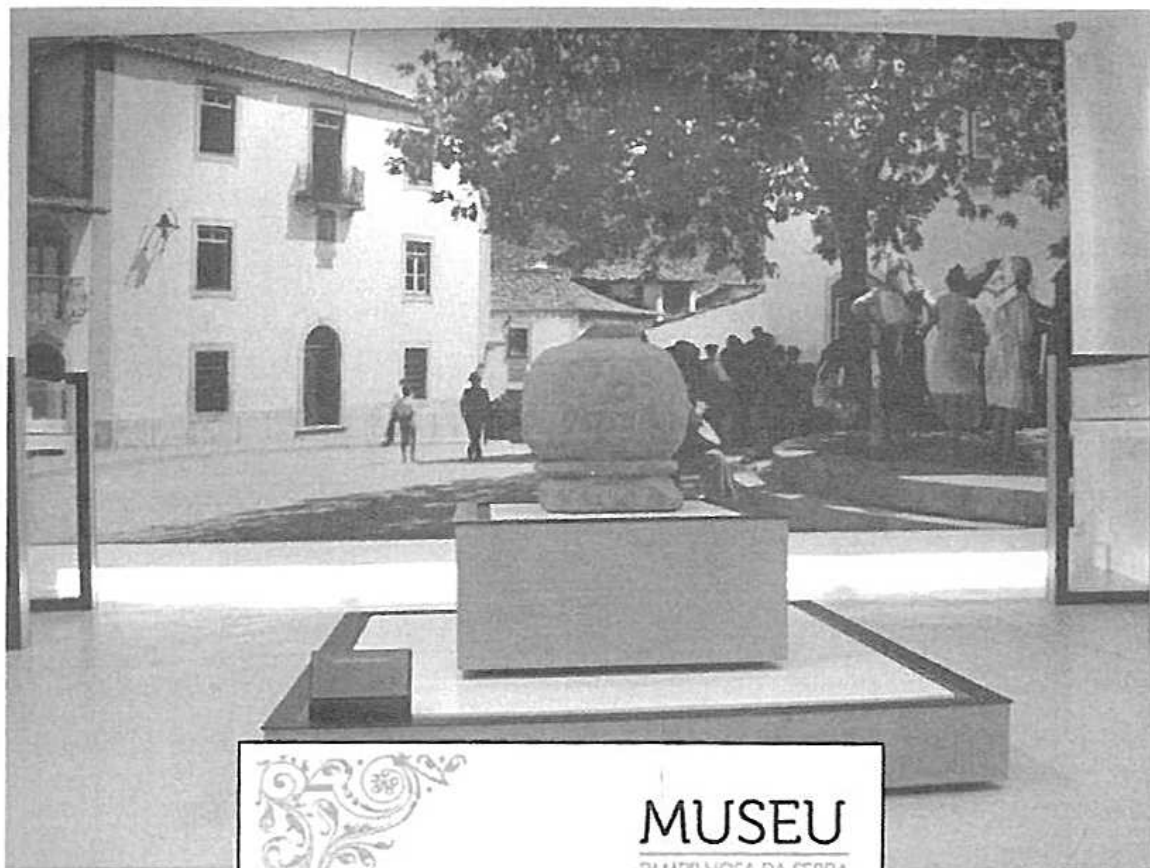
⁶⁹ ROSA, António Amaro, e OLIVEIRA, César – «Camarro, escultor do pelourinho da Pampilhosa», in *Serras da Pampilhosa*, n.º 107 (maio de 2008), pág. 7.

padre-artista fajaense, estudo esse que ilustrou, durante vários anos, uma rubrica existente no citado jornal *Correio da Serra*.⁷⁰



⁷⁰ A este propósito, o já citado autor Júlio Cortez Fernandes aponta para uma similitude entre o pelourinho pampilhosense e o de Trofa do Vouga, de cujas vilas eram donatários os Lemos.

Quanto ao capitel original, o mesmo repousa em lugar destacado desde 10 de abril de 2014 numa das salas do museu municipal entretanto renovado e inaugurado naquela mesma data. No mesmo ano foi editado, pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, um postal alusivo ao mesmo capitel.



4.3 A arte em prol dos pelourinhos

Tanto quanto resulta da pesquisa realizada, os pelourinhos não constituem uma espécie monumental que se destaque pela sua quantidade na obra pictórica de Augusto Nunes Pereira.

No entanto, esta afirmação não pode ser feita em termos categóricos, uma vez que não só está ainda por conhecer a real extensão da obra do padre-artista, como também os seus espólios conhecidos não mereceram uma publicação que os reúna e os disponibilize ao público.

Ainda assim, com base em algumas publicações de natureza local e regional da Beira Serra detetaram-se cinco representações gráficas de pelourinhos realizadas por Augusto Nunes Pereira.

Dadas as nossas limitações em matéria de apreciação crítica de uma obra de arte e sobre as suas técnicas, as próximas linhas limitar-se-ão a fazer uma análise muito perfunctória sobre cada uma das representações detetadas.

O primeiro pelourinho alvo de um desenho por Augusto Nunes Pereira terá sido o exemplar existente em Avô, elaborado a 28 de setembro de 1942 e publicado vários meses após no jornal *A Comarca de Arganil*, juntamente com um poema.⁷¹

O mesmo pelourinho viria, muitos anos depois, a ser alvo de tratamento muito similar. Com efeito, o símbolo da antiga autonomia municipal de Avô foi novamente desenhado por Nunes Pereira, contudo para ser agora publicado, em 1998, no periódico *Correio de Coimbra*, com um novo conjunto de versos.⁷²

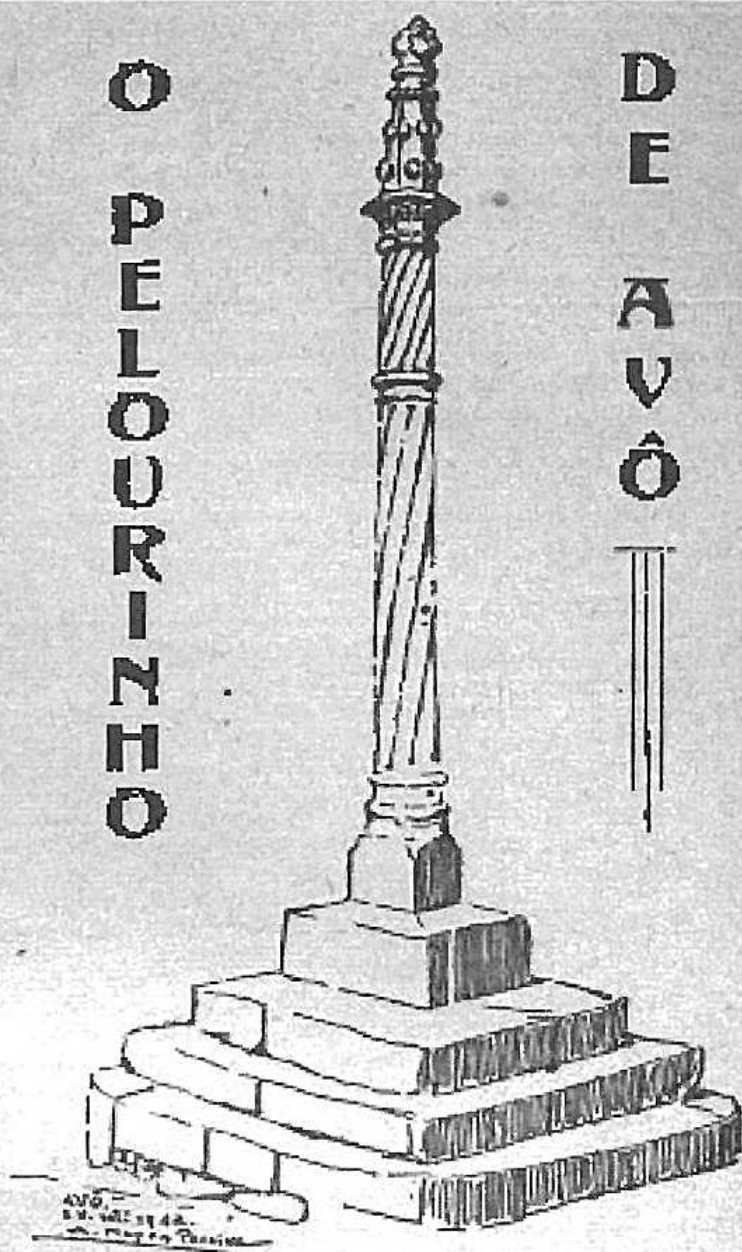
Além dos versos e dos 55 anos que separam as duas publicações, a diferença essencial reside na circunstância de o desenho mais antigo ser simultaneamente o que apresenta maior rigor ou detalhe do monumento, sobretudo ao nível dos degraus e do remate. Menos significativa, mas ainda assim detetável, é a divergência entre o fuste, que em 1943 é apresentado de forma mais encorpada do que a versão de 1998.

⁷¹ PEREIRA, Augusto Nunes – «O Pelourinho de Avô» in *A Comarca de Arganil*, n.º 2.939, de 1943-04-20, pág. 2.

⁷² NEVES, João Alves da, e MATA, Nuno – *Arganília. Terras da Beira Serra em ilustrações de Monsenhor Augusto Nunes Pereira*, n.º 24 (2011), Col. Artistas da Beira Serra, s.p. Igualmente reproduzido em *Arganília. Revista Cultural da Beira-Serra*, 2.ª Série, n.º 13 (1.º semestre de 2001), Centro de Estudos da Beira-Serra, pág. 112.

O
P
E
L
O
U
R
I
N
H
O

D
E
A
V
Ô



*No centro de espaçosa e velha praça
ergue-se, esguio e nobre, o pelourinho,
torcido, rendilhado, e tão velhinho,
que se impõe ao respeito de quem passa.*

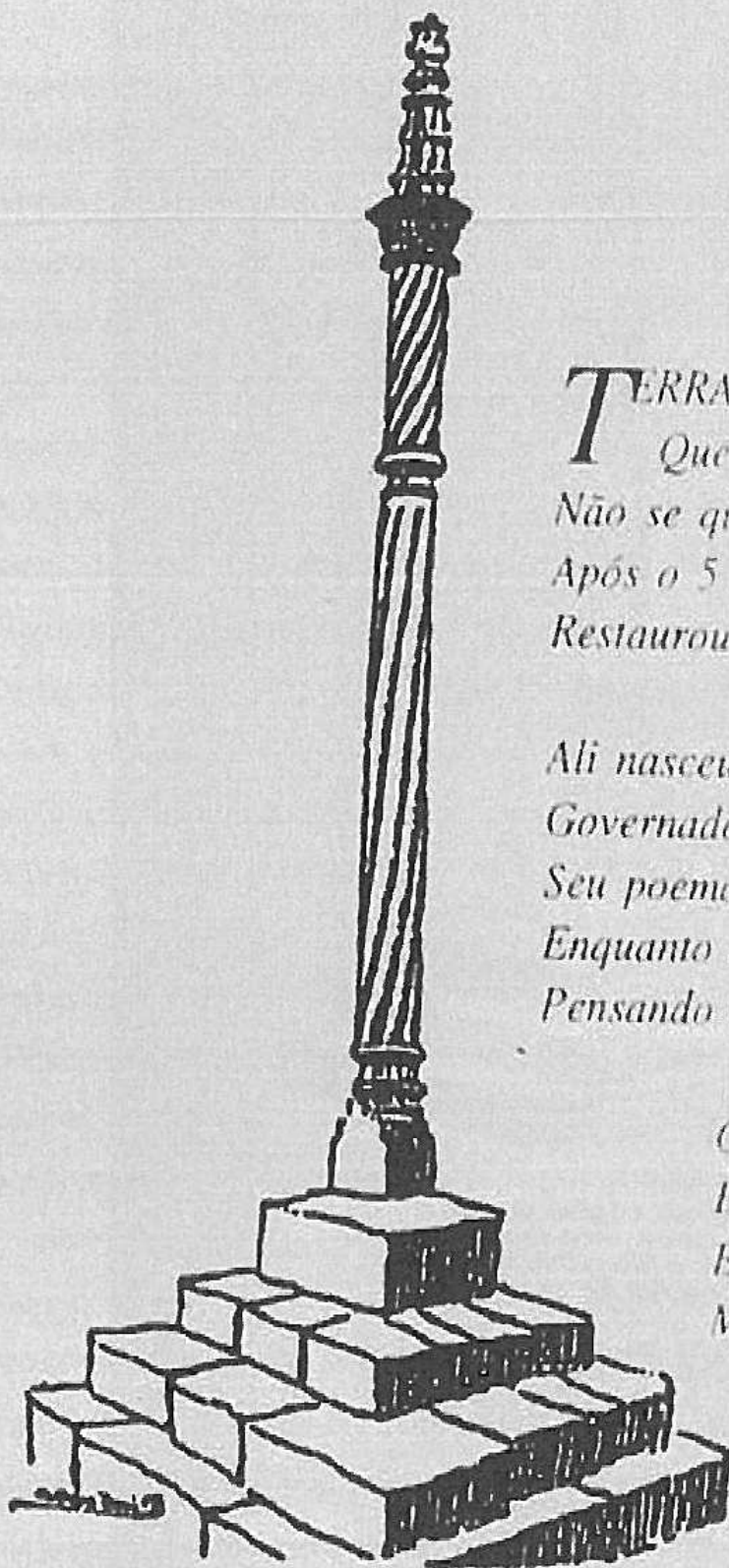
*Caldo noutras terras em desgraça,
em Avô foi guardado com carinho.
Não fugas, povo! Estás no bom caminho:
conservar as brasões da nossa Rixa.*

*E nos antigos praços do concelho
transformados em sala de ensinar,
senhores mestres, que fazem a sina*

*do Portugal futuro, eis um conselho
ensinar os crianças a estimar
sua bela relíquia manuelina.*

COJA, 9 de Abril de 1953

AUGUSTO NUNES PEREIRA.



AVÔ

*T*ERRA de alta fidalguia,
Que pela história descubro,
Não se queda na teoria:
Após o 5 de Outubro
Restaurou a Monarquia.

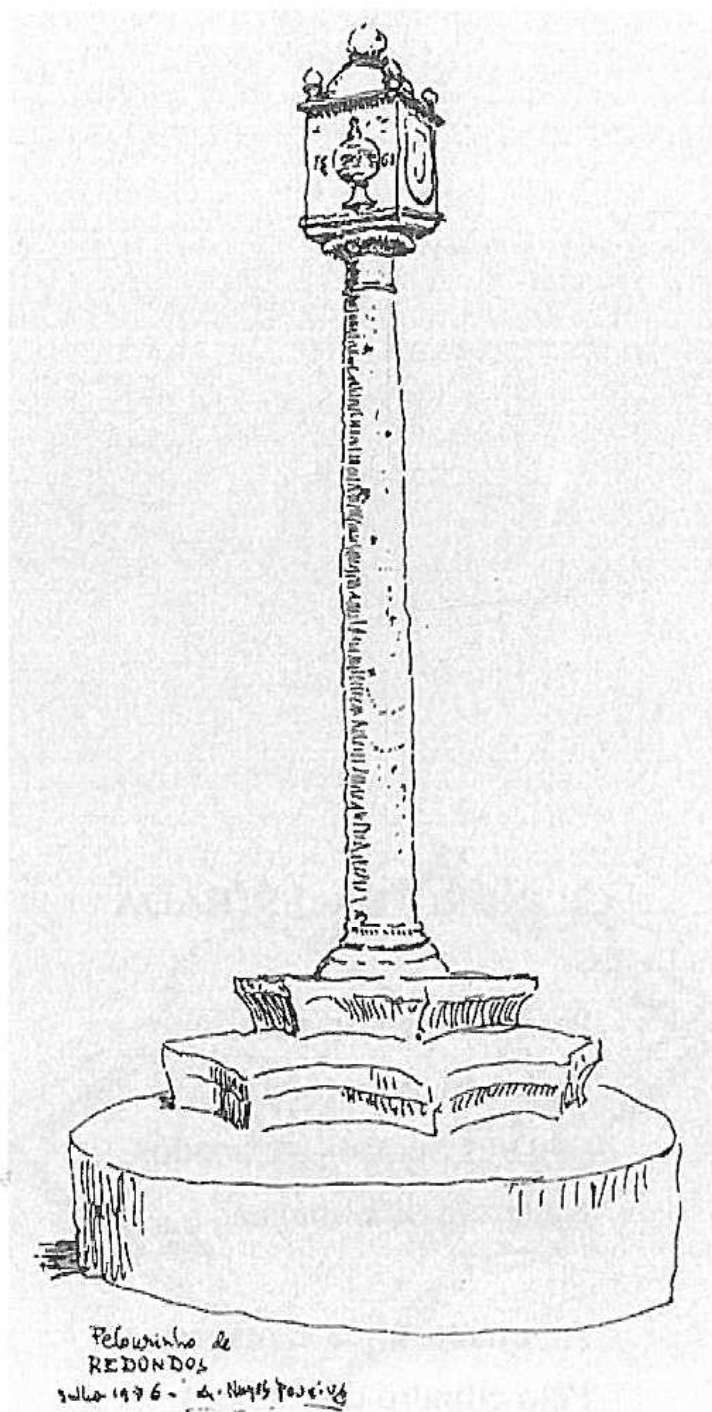
*Ali nasceu Brás Garcia,
Governador de Alfaiates,
Seu poema é obra prima;
Enquanto a espada brandia,
Pensando buscava a rima.*

*O Pelourinho de Avô
É uma obras perfeita,
É duas torcido,
Mas torceu para a direita..*

1998

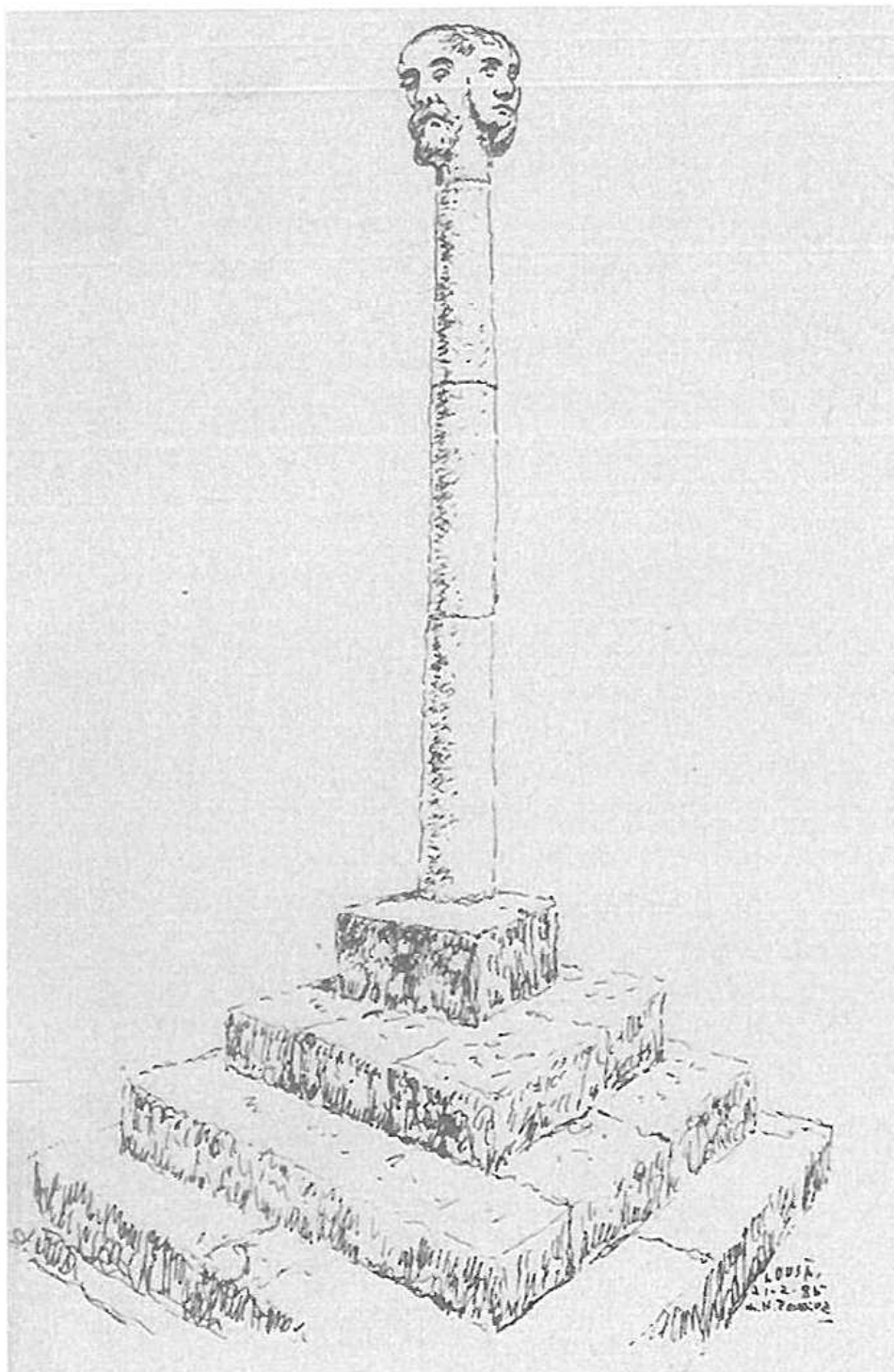
(In Correio de Coimbra)

A terceira ilustração de um pelourinho ocorre em julho de 1976, ou seja, muito depois da estreia da representação de um monumento deste tipo nas páginas de *A Comarca de Arganil*. Tal ilustração coube ao exemplar referente ao vetusto concelho de Redondos, posteriormente integrado no antigo concelho de Buarcos (hoje mera freguesia de Buarcos e São Julião, no concelho de Figueira da Foz).⁷³



⁷³ Disponível em PEREIRA; Augusto Nunes – *Sopa de pedra: poemas ilustrados*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1996, pág. 77. Igualmente reproduzido em DAJAN, Maria da Conceição de Oliveira (coord.) – *Cantares da Beira Serra*, Fajão, Valceira, 1998, pág. 118.

A meio da década de oitenta Augusto Nunes Pereira volta a desenhar um novo pelourinho. O polémico exemplar existente na Lousã – o quarto no total da sua obra – é alvo da atenção do sacerdote fajaense, que assim o retrata a 21 de fevereiro de 1985.⁷⁴



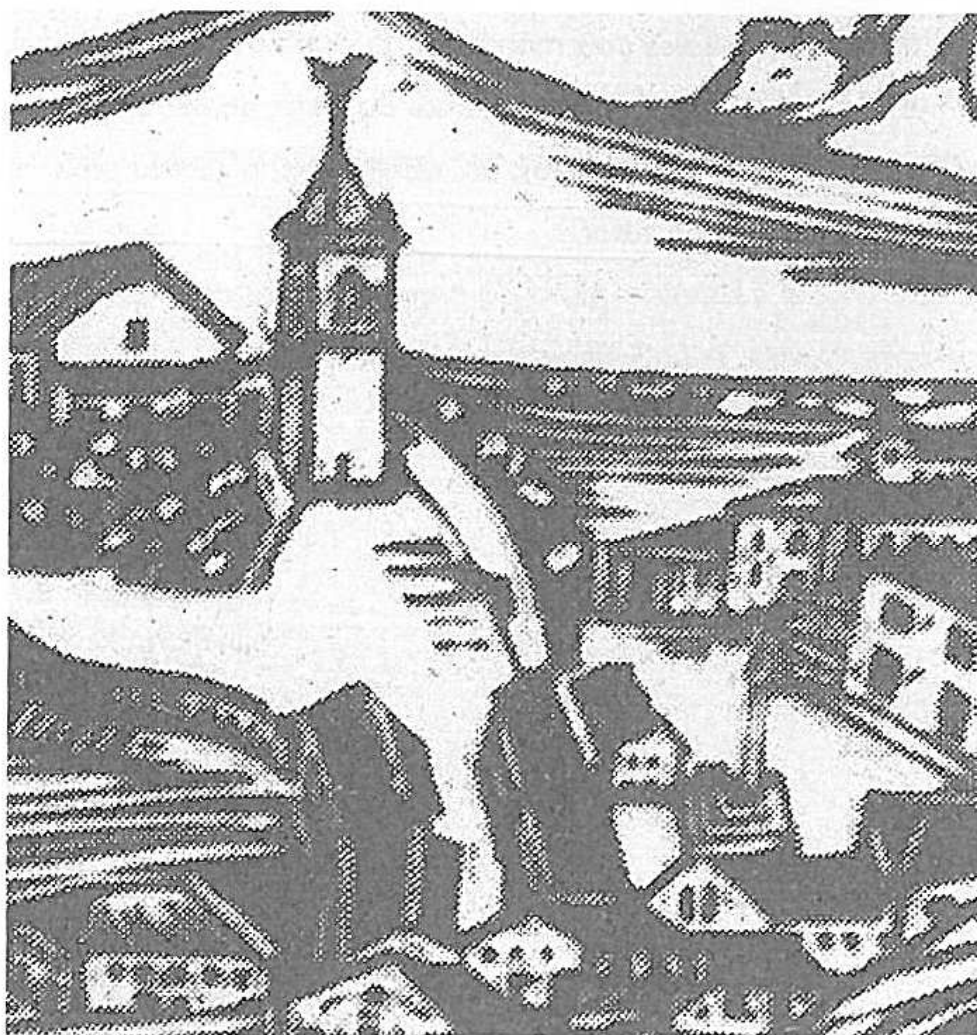
⁷⁴ Disponível em LEMOS, Álvaro V. – *O pelourinho da Lousã*, Lousã, Biblioteca Municipal/Câmara Municipal da Lousã, 1989. Igualmente reproduzido em HENRIQUES, Louzã – «Pelourinhos Portugueses. O pelourinho da Lousã», in *Arunce. Revista de Divulgação cultural*, n.ºs 3 e 4 (janeiro-dezembro de 1990), Lousã, pág. 43.

O risco patente no desenho destes dois monumentos locais é muito semelhante entre si, principalmente ao nível da representação gráfica do fuste, de tal forma que, mesmo que ambos não se encontrassem assinados, um observador leigo não teria dúvida em afirmar que provinham do mesmo autor.

Radicalmente diferente é a representação do pretense pelourinho de Fajão realizada em 1977 por Nunes Pereira, o qual apresenta alguma similitude com o exemplar de Coja.⁷⁵



⁷⁵ Cfr. tábua referente ao episódio «O cura que estava a pejar o moinho». Disponível em PEREIRA, Augusto Nunes – *Os contos de Fajão*, 2.ª edição, Junta de Freguesia de Fajão, 2008, pág. 83. Contrariamente ao que refere a sua ficha, esta última edição constitui uma mera reimpressão da 2.ª edição. Na realidade, a primeira edição de *Os Contos de Fajão* ocorreu em Coimbra, pelo Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, no ano de 1989.



Pormenor da xilogravura anterior

Radicalmente diferente na medida em que, contrariamente às representações até aqui elencadas, o suporte da representação do pelourinho fajaense é uma xilogravura e pela circunstância de o mesmo se resumir a um mero pormenor decorativo no cerne do episódio. Com efeito, apenas com base numa observação muito atenta do cenário de fundo é que se torna possível detetar uma estrutura que faz apelo à figura de um pelourinho, localizado, julgamos, junto à representação dos paços do concelho de Fajão.

E pretendo pelo facto de se desconhecerem referências quanto ao facto do antigo concelho de Fajão (extinto em 1855 e integrado no de Pampilhosa da Serra) ter possuído sequer um pelourinho.

No entanto, também aqui torna-se necessário referir que esta afirmação não pode ser feita em termos inequívocos. Com efeito, a história do território correspondente ao antigo concelho de Fajão e/ou do seu extinto município está, infelizmente, longe de se encontrar devidamente estudada. Aliás, um dos poucos trabalhos realizados sobre a área de Fajão foi publicado ao longo de vários artigos no jornal *A Comarca de Arganil* e é da própria autoria de Augusto Nunes Pereira, sendo que em momento algum o sacerdote alude à existência de um pelourinho na sede do antigo concelho.

Daqui resulta naturalmente a seguinte questão: a representação do pelourinho de Fajão nesta xilogravura resulta de algum elemento histórico a que Augusto Nunes Pereira teve acesso? Ou, pelo contrário, a representação do pelourinho resulta apenas de um desejo artístico de Augusto Nunes Pereira acrescentar aquela tradicional estrutura municipal no cenário de Fajão, apesar de a realidade histórica não a suportar?

Trata-se de duas questões que apenas poderão vir a ser respondidas quando Fajão for alvo do estudo monográfico que merece e que incompreensivelmente tarda em surgir.

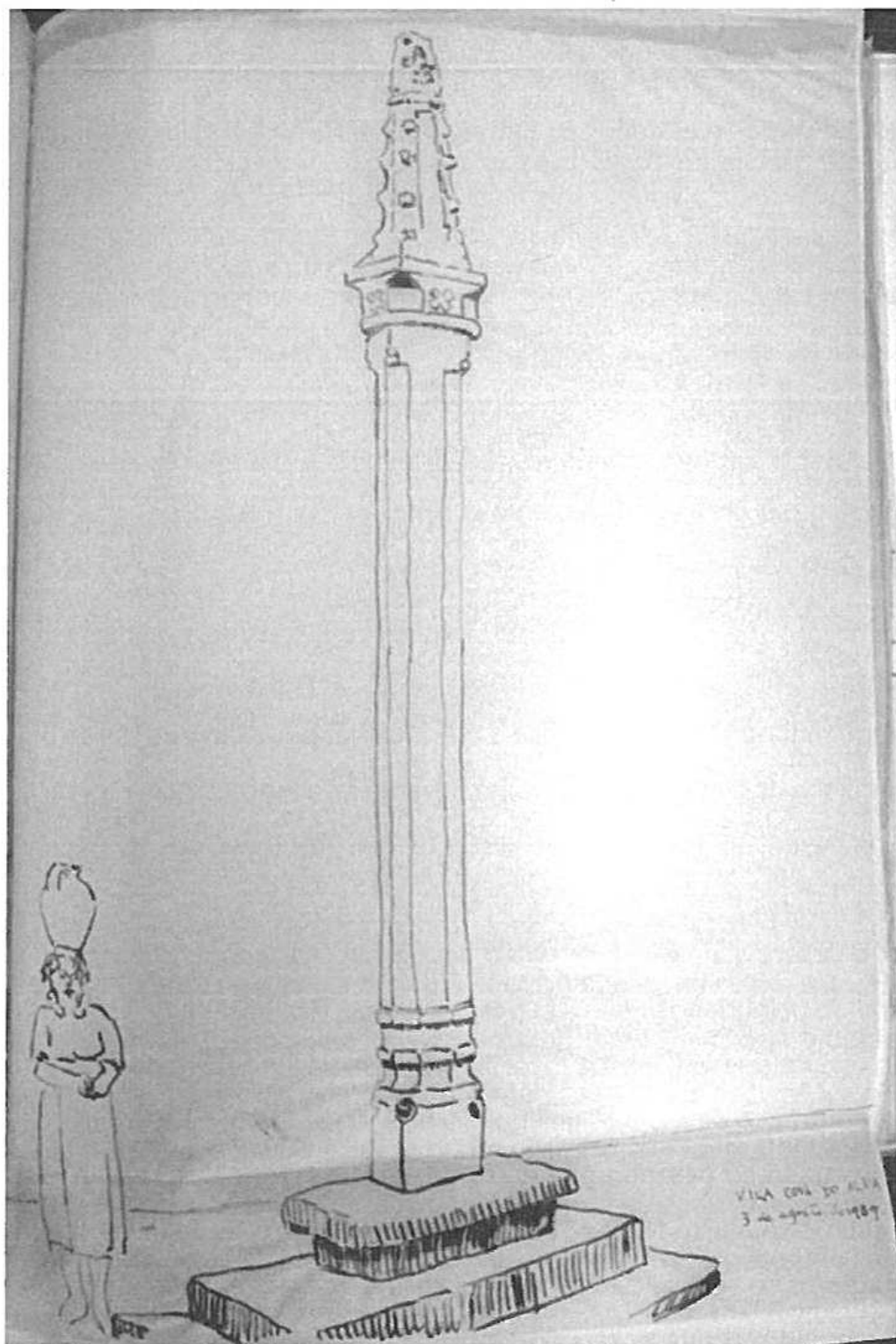
Além destes cinco desenhos de pelourinho, levanta-se a hipótese de lhes ser acrescentado mais um, referente ao monumento existente em Vila Cova do Alva (concelho de Arganil).

Com efeito, o desenho em causa integra o dossiê da correspondência sobre o processo de inventário de pelourinhos realizado pela Academia Nacional de Belas Artes em 1933-1935, sendo que nele se encontra a menção expressa de “Vila Cova do Alva 3 de agosto de 1939”, encontrando-se ausente qualquer referência ao autor da ilustração.⁷⁶

No entanto, o traço do desenho não deixa de aparentar uma forte semelhança com o traço utilizado por Augusto Nunes Pereira. Por outro lado, o estilo de apresentação e a caligrafia patentes na referência ao local e à data do desenho são muito próximos dos utilizados pelo padre-artista noutras representações, como, por exemplo, a referência

⁷⁶ Academia Nacional de Belas Artes, Documento composto *Livro 1º* [da correspondência] *Processo 133. Anos 1932 a 1936* [Processo especial pelourinhos].

às localidades em letra maiúscula. Por fim, a grafia “1939” existente no desenho de Vila Cova do Alva é praticamente igual à existente noutro desenho efetuado no mesmo ano.⁷⁷



⁷⁷ Cfr. o desenho da mãe de Nunes Pereira, patente em PEREIRA, Augusto Nunes – *Pedra D’Ara*, Coimbra, edição de autor, 1954, pág. 11. Igualmente reproduzido em NEVES, João Alves da, e MATA, Nuno – *Arganilha. Terras da Beira Serra em ilustrações de Monsenhor Augusto Nunes Pereira*, n.º 24 (2011), Col. Artistas da Beira Serra, s.p.

Apesar destes elementos, não é possível afirmar com segurança estarmos perante um sexto desenho de um pelourinho da autoria de Augusto Nunes Pereira. Mais uma vez, é uma hipótese que carece de um estudo comparatístico mais aprofundado e de uma análise da correspondência trocada entre a referida academia científica e a entidade arganilense que terá remetido o desenho em causa.

5. Conclusões

Em conferência realizada a 8 de junho de 1945 no salão nobre da Câmara Municipal da Lousã, Augusto Nunes Pereira, então prior de Coja, defendia que «os pelourinhos são monumentos deveras interessantes, testemunham a autonomia que a terra goza ou gozou noutros tempos. Devem ser estimados, conservados e reconstituídos onde isso possa fazer-se».⁷⁸

O estudo empreendido no capítulo anterior demonstra claramente que Augusto Nunes Pereira não foi um autor que se limitou a fazer uma apologia em torno dos pelourinhos, como vários outros se limitaram a fazer. Pelo contrário, Monsenhor Nunes Pereira levou à letra as palavras que proferiu em 1945, estimando os pelourinhos, por um lado, e, conservando e reconstituindo alguns exemplares por outro.

Efetivamente, o sacerdote natural da freguesia de Fajão estimou e procurou com que fossem estimados os pelourinhos da região das Beiras.

A fixação em desenho dos símbolos locais de Avô, Fajão, Lousã, Redondos e Vila Cova de Alva e sua posterior reprodução em jornais e outras publicações, além de constituir em si mesmo uma forma de arte, contribuiu indiretamente para a valorização dos pelourinhos por parte dos leitores e, naturalmente, das populações locais visadas.

De facto, Monsenhor Nunes Pereira considerava «(...) mesmo o desenho como uma coisa básica na cultura»,⁷⁹ donde a passagem de uma estrutura pétrea subvalorizada para um desenho artístico era suscetível de produzir indiretamente no leitor a consciência de

⁷⁸ PEREIRA, Augusto Nunes – *Panorama artístico das Beiras*, Lousã, Biblioteca Municipal, 1947, pág. 22.

⁷⁹ Apud OLIVEIRA, Elisabete – «Percurso artístico de Augusto Nunes Oliveira», in *Monsenhor Nunes Pereira*, José Maria Pimentel e Maria da Conceição Oliveira (org.), [Coimbra], Minerva Coimbra, 2001, p. 222).

que aquela estrutura não era, afinal, um elemento local decrépito, mas sim um monumento singular dotado de valor artístico e histórico.

Ou seja, apesar de a figuração do património cultural construído ser uma constante da obra de Augusto Nunes Pereira e da sua facilidade⁸⁰ e predisposição para o desenho,⁸¹ julgamos que o padre-artista tinha bem assente a noção de que a “estima” (ou valorização) destes monumentos seria potenciada pela sua reprodução artística na imprensa e nas publicações locais e/ou regionais.

No entanto, à luz dos elementos recolhidos não é possível afirmar que os pelourinhos constituíam uma das espécies monumentais da preferência de Augusto Nunes Pereira. O número de desenhos alusivos a pelourinhos por comparação às representações de outros elementos do nosso património cultural imóvel não permite outra conclusão, embora, naturalmente, ainda esteja por conhecer a real extensão do trabalho do padre-artista.

Mas, como se começou por referir, além de estimar e de procurar com que fossem estimados os pelourinhos da região das Beiras, Augusto Nunes Pereira também procurou que fossem conservados e reconstituídos alguns exemplares desta espécie monumental na zona da Beira Serra.

O seu envolvimento nesta tarefa de reconstituição de pelourinhos constituirá porventura a sua faceta mais interessante, mas igualmente a mais problemática.

Tal como foi desenvolvido em ponto antecedente, Monsenhor Nunes Pereira teve o raro privilégio de, por um lado, estar diretamente envolvido na recuperação dos pelourinhos de Coja e de Arganil e, por outro, estar indiretamente envolvido na construção do exemplar referente a Pampilhosa da Serra, na medida em que, neste

⁸⁰ «O desenho à pena é um estatuto social que não dispensa. No café, na rua, na paragem do autocarro, nas festas e nos casamentos. Nunes Pereira gosta de fazer as suas surpresas. É agradável olhar as pessoas quando lhes é entregue a caricatura ou o retrato que, num ápice, o padre Nunes Pereira elaborou. Quantas vezes, em festas, os fotógrafos ficam surpreendidos porque Nunes pereira traduziu mais rapidamente os momentos preciosos dos convívios, do que a objectiva da máquina electrónica, fabulosa a sua mestria e imaginação» (in NUNES, Mário – «Subsídios para a vida e obra de padres Nunes Pereira. Homem, artista e padre» in *Arganília. Revista Cultural da Beira-Serra*, 2.ª Série, n.º 13 (1.º semestre de 2001), Centro de Estudos da Beira-Serra, p. 34).

⁸¹ «Gostei muito dos desenhos à pena, dos monumentos da Beira e daquelas terras onde passei; de que senti prazer em trazer alguma recordação... em vez de fotografar, era mais interessante esse desenho por prazer (...)» (apud OLIVEIRA, Elisabete – «Percurso artístico de Augusto Nunes Oliveira», in *Monsenhor Nunes Pereira*, José Maria Pimentel e Maria da Conceição Oliveira (org.), [Coimbra], Minerva Coimbra, 2001, p. 222).

último caso, foi o seu estudo que serviu de base à réplica colocada defronte dos paços do concelho pampilhosenses em 2008.

Mas terão estas três recuperações sido efetuadas de acordo com os preceitos que regiam o restauro de monumentos? Por outras palavras, até que ponto poder-se-á afirmar que estamos perante os verdadeiros pelourinhos de Coja, Arganil e Pampilhosa da Serra?

A resposta a estas questões implica uma breve referência a dois documentos essenciais em matéria de restauro de monumentos: a Carta de Atenas de 1931 e a Carta de Veneza de 1964.

Naturalmente que não cabe aqui a discussão (até pela falta de elementos para tal, designadamente do seu espólio documental e da sua biblioteca pessoal) se Augusto Nunes Pereira tinha conhecimento, ou não, destes dois documentos à altura do seu envolvimento e, portanto, em que medida eles influenciaram, ou não, a sua atuação em torno da recuperação dos três aludidos pelourinhos. Daí que, a resposta às duas questões atrás colocadas será feita de uma forma direta e objetiva, retirando-se, assim, da equação o problema do (des)conhecimento daquelas “leis da arte” ou do desejo de não as cumprir por parte do padre-artista.

Portanto, objetivamente aquilo que sabemos é que a primeira carta surgiu em momento anterior à reconstituição do pelourinho de Coja (em 1945), ao passo que a segunda emergiu vários anos antes da recuperação dos pelourinhos de Arganil (c. 1976) e de Pampilhosa da Serra (em 2008). Daí que as linhas gerais constantes das duas cartas deveriam ter sido levadas em linha de conta na tarefa de recuperação dos três monumentos, na medida em que ambas surgiram em momento anterior às respetivas intervenções.

A Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos dá corpo às conclusões gerais resultantes da Conferência Internacional sobre a Proteção e a Conservação de Monumentos de Arte e de História.

Esta conferência foi organizada pelo Serviço Internacional de Museus, um organismo autónomo do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual e decorreu entre 21 e 30 de outubro de 1931, tendo nela participado 120 peritos oriundos de 24 países. «As

conclusões da Conferência de Atenas deram origem à Resolução sobre a Conservação de monumentos históricos e de obras de arte, que a assembleia da Sociedade das Nações aprovou em 10 de outubro de 1932 – onde, pela primeira vez num documento jurídico de uma organização internacional, se aborda a questão do património da humanidade.»⁸²

Com relevância para a questão da reintegração do pelourinho de Coja, destaca-se o ponto 6.º da Carta de Atenas (com a epígrafe “Técnicas de conservação”), o qual estabelece o seguinte: «No caso de ruínas, impõe-se uma conservação escrupulosa, com reposição dos elementos originais encontrados (anastilose)⁸³ sempre que as circunstâncias os permitam; os novos materiais necessários para este efeito deverão ser sempre reconhecíveis.»⁸⁴

Por outras palavras, manda a Carta de Atenas que, em matéria de reintegração de um monumento em ruínas, se utilizem os componentes originais desse mesmo monumento, sendo que a criação e a utilização de componentes novos só deve ter lugar nas situações em que se careça dos primeiros e a título complementar. Neste caso, a utilização dos novos componentes no monumento recuperado deverá ser perfeitamente reconhecível, de modo a que o observador consiga perceber a parte ou partes do monumento que são originais daquelas que não o são.

Posto isto, perguntar-se-á: a recuperação do pelourinho de Coja em 1945 foi efetuada de acordo com o preceito legal da Carta de Atenas de 1931 que regia tal matéria?

De acordo com os dados recolhidos e já focados aquando da análise do pelourinho cojense, poderá considerar-se que a sua recuperação obedeceu às linhas estabelecidas pela Carta de Atenas, apesar de, como foi acima referido, a reintegração do monumento ter sido realizada de forma não oficial e desacompanhada da assistência técnica da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.⁸⁵

⁸² LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito – *Património Cultural. Critérios e normas internacionais de proteção*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2014, pág. 18.

⁸³ «Técnica de reconstrução ou reintegração de um monumento em ruínas, a partir do estudo das peças ou fragmentos que o compõem, eventualmente com novos materiais a complementarem as peças originais» (in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], <URL:<http://www.priberam.pt/dlpo/anastilose>>).

⁸⁴ Publicada in LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito – *Património cultural. Critérios e normas internacionais de proteção*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2014, pág. 61.

⁸⁵ Note-se, no entanto, que «Em Portugal a 'Carta de Atenas' teve um eco diminuto. O Estado Novo impôs, nas mais importantes intervenções de restauro e valorização do património arquitetónico, uma forte motivação política que, pelos seus objetivos de exaltação da nacionalidade, estava mais interessada em mistificar o significado dos monumentos (sobretudo os militares) do que seguir linhas de investigação história e arqueológica de apoio às intervenções» (LOPES,

Com efeito, os únicos componentes originais do atual pelourinho de Coja cingem-se ao capitel e à pinha, sendo que a coluna foi esculpida tendo por base as pedras originais que eram visíveis por terem sido aplicadas noutra estrutura.

Naturalmente que hoje, volvidos 71 anos sobre a recuperação do monumento, já não serão tão reconhecíveis os componentes originais e os novos componentes, daí a importância que revestem (ou deveriam revestir) nesta matéria os eventuais prévios estudos e os projetos da autoria de Augusto Nunes Pereira.

De todo o modo, poderá afirmar-se que os homens de hoje ao passarem pelo pelourinho de Coja estarão de facto a contemplar um monumento que é muito próximo, senão mesmo idêntico, à estrutura simbólica que os cojenses de há vários decidiram erguer pela primeira vez.

Mas verificar-se-á a mesma conclusão relativamente aos pelourinhos de Arganil e de Pampilhosa da Serra?

A resposta a esta pergunta implica que, a par da Carta de Atenas de 1931, também se tenha em linha de conta a referida Carta de Veneza, na medida em que a mesma foi produzida em momento anterior à recuperação daqueles dois monumentos locais.

A Carta de Veneza Sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios é o resultado do 2.º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza entre 25 e 31 de maio de 1964, congresso aquele que juntou mais de 500 participantes oriundos de 61 países.

Entre o seu conteúdo destaca-se o artigo 9.º (com a epígrafe “Restauro”), o qual dispõe que *«o restauro é uma operação altamente especializada que deve ter um caráter excecional. Destina-se a preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelos materiais originais e por documentos autênticos. Não devem ser empreendidos restauros quando se está em presença de hipóteses visando reconstituições conjecturais. Nestes casos, qualquer acrescento ou complemento, que se reconheça indispensável, por razões estéticas ou técnicas, deverá harmonizar-se arquitetonicamente com o existente e deixar clara a sua*

Flávio – *Zonas de Protecção ao Património Arquitetónico - Para que servem?*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2013, pág. 43).

*contemporaneidade. O restauro deverá ser sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento.»*⁸⁶

Ou seja, a Carta de Veneza postula que o restauro de monumentos não deve resultar numa reconstituição hipotética ou fantasiosa, mas antes ser o resultado de um prévio e sólido estudo arqueológico e histórico do monumento a restaurar.

Ter-se-á observado isto mesmo relativamente aos atuais pelourinhos de Arganil e de Pampilhosa da Serra?

A resposta é, desde logo, negativa na medida em que aquelas duas estruturas que hoje encontramos nas duas vilas beira serranas não constituem um restauro, reintegração ou reconstituição dos antigos pelourinhos locais.

Tal como foi referido nos respetivos capítulos, os pelourinhos arganilense e pampilhosense não integram qualquer componente original, tendo ambos sido inteiramente executados de raiz. Daí que tecnicamente não se está perante o restauro de dois monumentos, mas antes perante duas estruturas que constituem, no fundo, uma memória de dois monumentos desaparecidos.

Mas mesmo que se olvidasse por alguns momentos o facto de estarmos perante duas réplicas, será que, ainda assim, o restauro destas duas estruturas estaria conforme às duas convenções sobre o património cultural?

Suponhamos, então, que o restauro destes dois pelourinhos integrou uma ou mais pedras originais dos monumentos originais.

Pois bem, com as reservas já acima feitas resultantes do desconhecimento do espólio documental e da biblioteca pessoal de Augusto Nunes Pereira relativamente a esta matéria, também aqui temos sérias dúvidas quanto à compatibilização entre os restauros daqueles dois monumentos com aquilo que dispõe a Carta de Veneza de 1954. Começemos por analisar o pelourinho de Arganil. Ao visitar o *Património Artístico das Beiras* quase 50 anos depois da sua primeira conferência no salão nobre da Câmara Municipal da Lousã, Augusto Nunes Pereira refere a propósito do pelourinho de Arganil que este foi «(...) inspirado em restos prováveis».⁸⁷

⁸⁶ *Idem*, pág. 123.

⁸⁷ PEREIRA, Augusto Nunes – «Património artístico das Beiras. 50 anos de evolução» in *Arunce. Revista de Divulgação Cultural*, n.ºs 3-4, (1.º/2.º semestre de 1990), Câmara Municipal da Lousã, pág. 127.

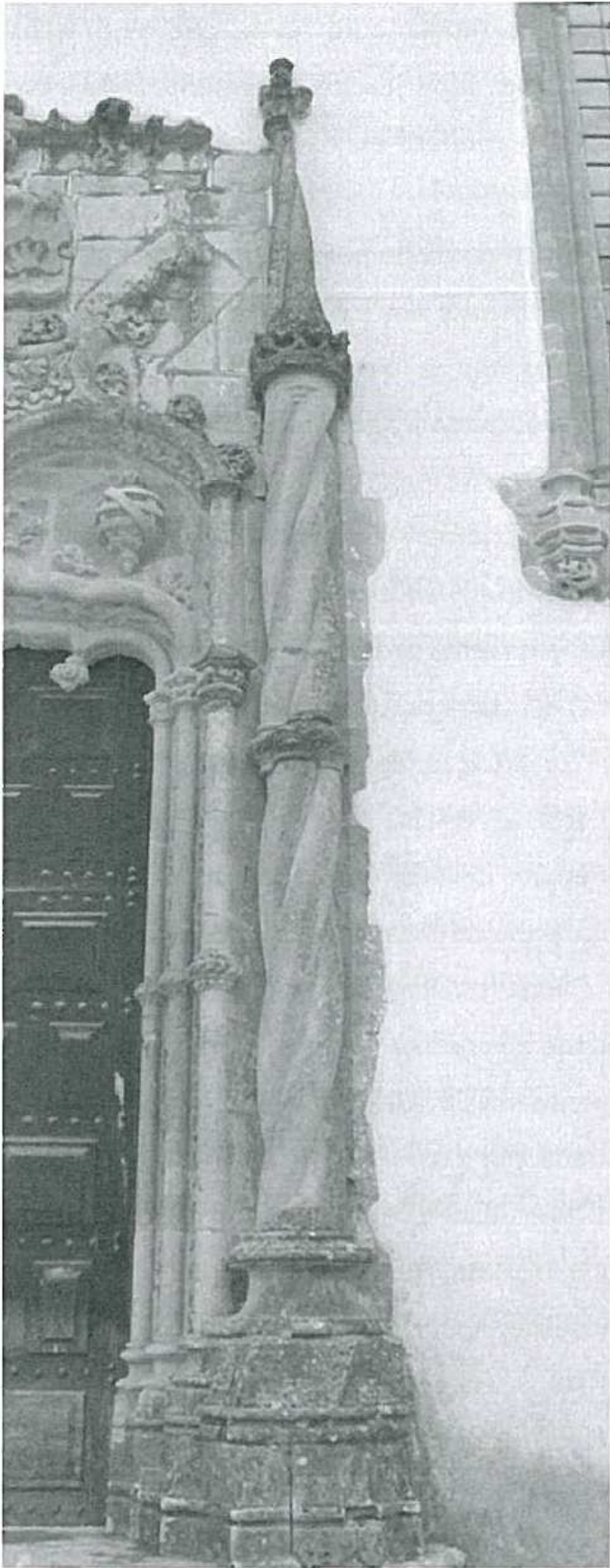
No entanto, uma observação mais atenta do monumento revela que os pretensos restos prováveis do pelourinho original (i.e., dois curtos fragmentos da coluna encontrados em 1944) dificilmente poderiam conduzir ao risco realizado pelo padre-artista.

De facto, comparando o desenho de 1968 com o vizinho pelourinho cojense, ressalta a suspeita que, perante a escassez de dados arqueológicos e históricos sobre o aspeto do monumento arganilense original, Augusto Nunes Pereira ter-se-á inspirado no coroamento em pinha existente em Coja, replicando-a agora no pelourinho de Arganil. Ou seja, o sacerdote fajaense terá, aparentemente, seguido o conselho fornecido por Luís Chaves e publicado em 1937 nas páginas do jornal *A Comarca de Arganil*: «*Façam-no, à falta do autentico, inspirando-se num medieval ou manuelino*».

Ora, um restauro composto, numa parte, em restos prováveis (isto é, em fragmentos cuja origem não está sequer comprovada) e, noutra parte, em componentes inspirados num pelourinho vizinho, resulta numa reconstituição hipotética ou fantasiosa, ou seja, num resultado contrário ao visado pela Carta de Veneza.

Em nossa opinião, Augusto Nunes Pereira deveria ter seguido uma linha mais minimalista em torno do restauro do pelourinho de Arganil. Teria sido preferível centrar o seu risco nos dois fragmentos da coluna torcida, sem cair na tentação, como aparentemente caiu, de lhe introduzir elementos decorativos que não se sabe sequer se existiram. Enfim, um restauro esteticamente mais modesto e centrado essencialmente na coluna torcida, porventura mais inspirada, por exemplo, nas colunas torcidas laterais da manuelina capela de São Miguel da Universidade Coimbra, do que na introdução de um coroamento existente num pelourinho próximo, como foi o de Coja.

Passemos agora ao pelourinho pampilhosense. Aqui o contexto era bastante diferente daquele que se verificava em Arganil. Isto é, enquanto que em Arganil os materiais originais resumiam-se a dois (prováveis) fragmentos de coluna torcida e era desconhecida a forma do capitel e do remate do pelourinho, em Pampilhosa da Serra o único componente original sobrevivente era um capitel esférico, sendo desconhecido o aspeto de toda a restante estrutura, nomeadamente o estilo da coluna.



Capela de S. Miguel da Universidade de Coimbra

Como referido no capítulo dedicado a este último pelourinho, o capitel esférico foi encontrado por Augusto Nunes Pereira no início dos anos quarenta do século XX, tendo o mesmo padre-artista sido responsável pelo estudo da sua reconstituição, conforme explica Fernando Ruas: «o ilustre pampilhosense padre Carlos Borges das Neves, além do conhecimento que tinha achado, promoveu uma reconstituição pictográfica, realizada pela pena do padre Augusto Neves Pereira, conforme fig. 1, e durante muitos anos foi o motivo que ilustrou a coluna “Carta da Pampilhosa” da última página do saudoso “Correio da Serra”.»⁸⁸

Pois bem, aquilo que acima se afirmou relativamente ao pelourinho arganilense é suscetível de aplicação ao exemplar existente na vila de Pampilhosa da Serra.

Efetivamente, um restauro composto, por um lado, num fragmento original (i.e., o capitel) e, por outro, em componentes cuja descrição é desconhecida (i.e., coluna e degraus), resulta numa reconstituição hipotética ou fantasiosa, em violação do espírito da Carta de Veneza.

De facto, sendo desconhecida, até hoje, uma descrição do pelourinho original de Pampilhosa da Serra (seja por via documental, seja por memória oral), levanta-se a questão de saber a razão ou razões pelas quais Augusto Nunes Pereira fez assentar o capitel numa coluna quadrada com arestas chanfradas, opção que, na opinião de Fernando Rua, não é correta: «comparando esta descrição com a reconstituição apresentada pelo padre Nunes Pereira, notaria que a diagonal da base do capitel deve ter praticamente a mesma dimensão do diâmetro da esfera. Mas, uma vez que a sua base é octogonal e não quadrado como o seu desenho sugere. Os desenhos do capitel estão exageradamente grandes e pouco fidedignos. A coluna seria prismática, octogonal e não quadrada de arestas chanfradas, por estar de harmonia igualmente com o capitel.»⁸⁹

Em suma, não é possível qualificar-se como restauro o ressurgimento dos pelourinhos de Arganil em 1976 (circa) e de Pampilhosa da Serra em 2008 na medida em que não integram qualquer fragmento original dos seus antecessores, sendo ambos duas réplicas de monumentos desaparecidos.

⁸⁸ RUA, Fernando B. S. – «Breves notas sobre o pelourinho da Pampilhosa», in *A Comarca de Arganil*, n.º 10.482 (1996-10-05), pág. 7.

⁸⁹ RUA, Fernando B. S. – «Breves notas sobre o pelourinho da Pampilhosa», in *A Comarca de Arganil*, n.º 10.483 (1996-10-08), pág. 2.

Mas mesmo que, por hipótese, se tratassem de verdadeiros restauros, mediante a aplicação de um ou mais fragmentos originais, ainda assim, eles configurariam reconstituições hipotéticas ou fantasiosas e, portanto, contrárias às Cartas de Atenas e de Veneza. Já o restauro do pelourinho de Coja está conforme àquelas convenções, não merecendo, por isso, qualquer censura do ponto de vista técnico.

Aquilo que se acaba de concluir não representa o encerramento de uma questão meramente teórica e, portanto, sem qualquer projeção na vida quotidiana. Por outras palavras, a constatação do alcance dos restauros empreendidos nos pelourinhos de Coja, Arganil e Pampilhosa da Serra não é uma – passe-se a expressão – “uma discussão sobre o sexo dos anjos”.

Na verdade, as conclusões a que aqui se chegou em torno dos pelourinhos arganilense e pampilhosense devem servir como um alerta para uma provável futura desclassificação destes dois monumentos.

Com efeito, presentemente estes dois exemplares são considerados como Imóveis de Interesse Público, dado que o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 23.122, de 1933-10-11, consagra uma classificação automática de todos os pelourinhos portugueses.

Contudo, esta classificação geral e automática é passível de ser revogada, ou seja, a lei admite, em determinadas circunstâncias, que o monumento possa ser desclassificado, perdendo, assim, a sua classificação inicial.⁹⁰

Daí que, se e quando a autoridade competente em matéria do património cultural português encetar um procedimento de revisão das classificações dos pelourinhos, naturalmente que os monumentos de Arganil e Pampilhosa da Serra tenderão a perder a qualidade de Imóveis de Interesse Público que hoje gozam. Já quanto ao pelourinho de Coja, tal dificilmente sucederá face ao correto restauro de que foi alvo.

Ação e contemplação. Rigor e conjetura. A dialética de um padre-artista pastor de almas e cultor de monumentos.

⁹⁰ Como sucedeu, por exemplo, com os exemplares de Batalha (2011) e Vila Nova de Gaia (1961).

Créditos fotográficos

Figura 1

Fonte: *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, Vol. 6, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d.

Figura 2

Fonte: revista *Beira Alta*, Vol. 39 (3.º e 4.º trimestres de 1980), Viseu, Assembleia Distrital de Viseu.

Figura 3

Fonte: jornal *Serras da Pampilhosa*, n.º 141 (março de 2011).

Figura 4

Fonte: SOUSA, Júlio Rocha e – *Concelho de Vila Nova de Paiva*, Viseu, edição de autor, 1997.

Figura 5

Fonte: revista *Arganilia – Revista Cultural da Beira Serra*, 2.ª Série, n.º 23 (julho de 2009).

Figura 6

Fonte: revista *Aldeias do Xisto*, n.º 4 (Inverno, 2008-2009).

Figura 7

Fonte: BELAS-ARTES, Academia Nacional – *Pelourinhos: Inventário conforme o inquérito determinado pelo Decreto n.º 23122 de 11 de Outubro de 1933*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1935.

Figura 8

Fonte: postal editado pela Junta de Freguesia de Fajão, s.l., s.d.

Figura 9

Fonte: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, fundo "Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais", série "Pelourinhos". Acessível através do *SIPA – Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico* disponível na Internet em <URL:<http://www.monumentos.pt>>.

Figura 10

Fonte: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, fundo "Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais", série "Pelourinhos". Acessível através do *SIPA – Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico* disponível na Internet em <URL:<http://www.monumentos.pt>>.

Figura 11

Fonte: FERRÃO, José Eduardo Mendes – *Passeando pelas de Coja*, s.l., Liga Regional Cojense, 2011.

Figura 12

Fonte: jornal *A Comarca de Arganil*, n.º 2.317, de 1937-01-26.

Figura 13

Fonte: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, fundo “Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”, série “Pelourinhos”. Acessível através do *SIPA – Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico* disponível na Internet em <URL:<http://www.monumentos.pt>>.

Figura 14

Fonte: jorna *IA Comarca de Arganil*, n.º 6.363, de 1968-10-31.

Figura 15

Fonte: foto do autor, obtida a 2011-06-09.

Figura 16

Fonte: jornal *Correio da Serra*, n.º 46, de 1966-05-15.

Figura 17

Font: foto do autor, obtida a 2011-06-08.

Figura 18

Fonte: foto do autor, obtida a 2010-11-15

Figura 19

Fonte: foto do autor, obtida a 2014-08-19.

Figura 20

Fonte: postal editado pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Col. Identidade, 2014.

Figura 21

Fonte: jornal *A Comarca de Arganil*, n.º 2.939, de 1943-04-20.

Figura 22

Fonte: revista *Arganilia. Terras da Beira Serra em ilustrações de Monsenhor Augusto Nunes Pereira*, n.º 24 (2011), Col. Artistas da Beira Serra.

Figura 23

Fonte: PEREIRA, Augusto Nunes – *Sopa de pedra: poemas ilustrados*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1996.

Figura 24

Fonte: LEMOS, Álvaro Viana de – *O pelourinho da Lousã*, Lousã, Biblioteca Municipal/Câmara Municipal da Lousã, 1989.

Figura 25

Fonte: PEREIRA, Augusto Nunes – *Os contos de Fajão*, 2.ª edição, Junta de Freguesia de Fajão, 2008.

Figura 26

Fonte: PEREIRA, Augusto Nunes – *Os contos de Fajão*, 2.ª edição, Junta de Freguesia de Fajão, 2008.

Figura 27

Fonte: Academia Nacional de Belas Artes, Documento composto *Livro 1º* [da correspondência] *Processo 133. Anos 1932 a 1936* [Processo especial pelourinhos].

Figura 28

Fonte: foto do autor, obtida a 2016-03-26.

Figura 29

Fonte: foto do autor, obtida a 2016-03-26.



CÂMARA MUNICIPAL

—DE—

ARGANIL

—

BIBLIOTECA MUNICIPAL